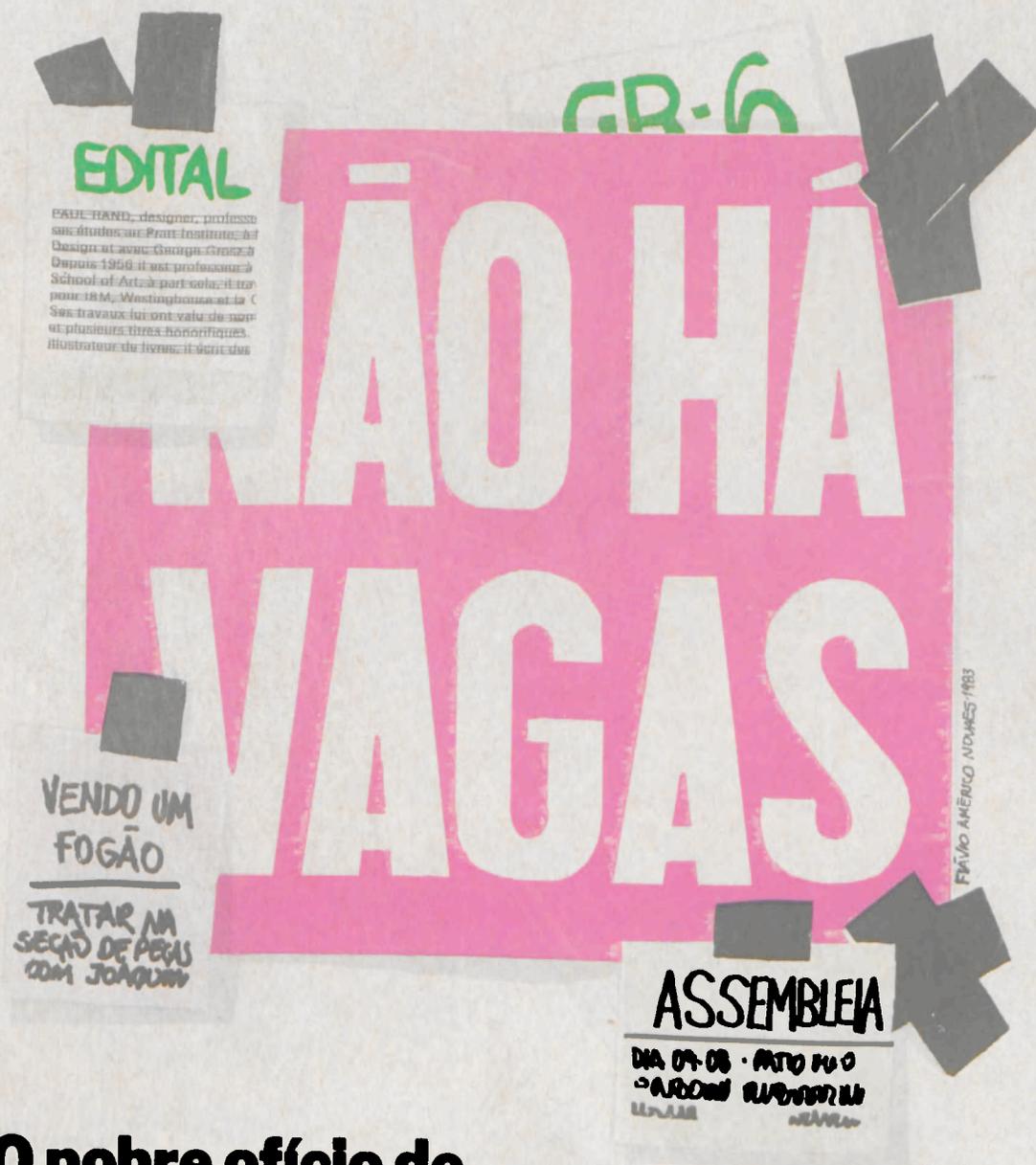


RN ECONÔMICO

ANO XIV • N.º 141 • MAIO • 1983 • CR\$ 500,00

Indústrias não podem criar novos empregos

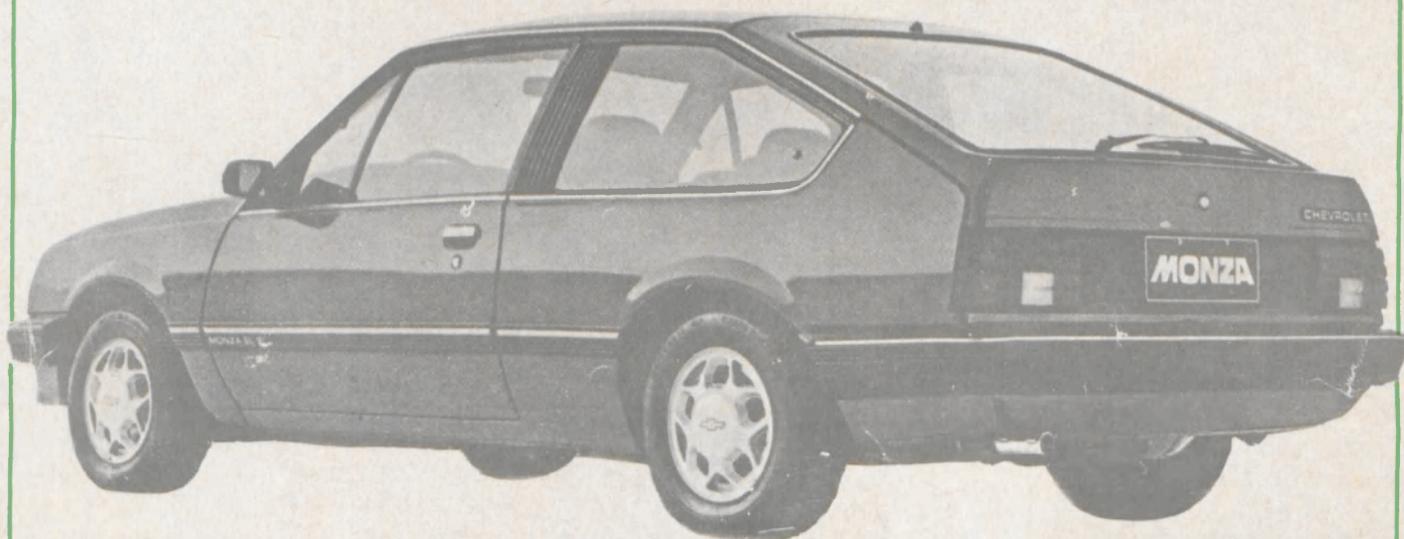


414

**O pobre ofício de
produzir idéias**

Antes de decidir comprar conte com duauto

Peças e equipamentos para o seu carro você encontra em
DUAUTO EQUIPADORA — PEÇAS E ACCESSÓRIOS
Pneus Good Year para todos os tipos de veículos procure em
DUAUTO PNEUS



Comprar carro hoje — novo ou usado — é uma decisão que precisa ser bem pensada, para se evitar um mau negócio, é claro. Primeiro vem a escolha da marca. O tipo que mais lhe convier. Depois, o preço, forma de pagamento e, naturalmente, encontrar quem lhe ofereça melhores vantagens. Duauto Veículos Ltda lhe oferece tudo isto. Veículos novos ou usados, basta escolher a marca. Depois venha buscar o seu carro. Duauto tem planos para fazer com você um bom negócio.

duauto veículos ltda.

O salão nobre do automóvel.

Presidente Bandeira, 1240 Lagoa Seca.

ÍNDICE

ESTADO

Na crise, gerente de banco tem de ser duro	12
Maior espaço para o Legislativo estadual	14
Grandes problemas para Assembléia	15
Vereadores ampliam ação	18
A cidade, seus defensores e os problemas	19
Sonho do diploma deixa de ser objetivo maior dos jovens. . .	20
Onde há excesso e onde há de pessoal qualificado	21
Produção intelectual: tarefa ingrata e que não recompensa. . .	24
Filgueira vê ameaças: Saúde. . .	26
Associação Comercial segue por novo caminho. . .	30
Busca ao diálogo e à participação	31
Situação econômica influencia greve dos professores	32
Desemprego, questão vital no processo econômico. . .	32
Nem todos cursos da UFRN acompanham realidade	36
ABEN-RN: com poucos anos, uma história	41
Prefeito quer o despertar do antigo amor por Natal	44
Ceará: também busca da austeridade	45
Situação ruim do comércio não permite mais novidades em Natal. . .	46

ARTIGOS

Manoel Barbosa	7
Cortez Pereira	40
Nei Lopes	47
Rosemilton Silva	50

SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Cultura	28

HUMOR

Cláudio	48
---------------	----

CAPA

Flávio Américo



E difícil situar o verdadeiro alcance da crise da indústria e de empregos no Rio Grande do Norte. Essa crise se desdobra por vários setores, não deixando praticamente nenhum deles sem, pelo menos, um arranhão. Construção civil, por exemplo, é uma área bastante afetada e tem reclamado muito. As providências pedidas não tiveram resposta em ações da parte do Governo, em qualquer nível. Consequência: os índices de desemprego sobem, o acúmulo de inquietação provoca tensões sociais da maior gravidade. O que fazer? Ninguém tem a resposta exata. As lideranças empresariais parecem estar andando em círculos sem saída, porque sabem o que é preciso fazer mas não podem fazer porque faltam os meios. (Pág. 8).

RN/ECONOMICO

REVISTA MENSAL • ANO XIV • N.º 141 • MAIO/1983 • CR\$ 500,00

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira
DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETOR DE REDAÇÃO: Manoel Barbosa
ARTE E PRODUÇÃO
CHEFE: Eury Moraes da Nóbrega

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira
FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Paulo de Souza
GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em

assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Telefone: 222.4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 500,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 5.000,00. Preço da assinatura bienal: Cr\$ 8.000,00. Preço do número atrasado: Cr\$ 1.000,00.

HOMENS & EMPRESAS



Na rua Jundiá a especulação para valorizar

RETIFICADORA SÃO CRISTOVÃO — Manoel Barreto começa a diversificar os seus negócios, depois da bem sucedida Transportadora São Cristovão, que atualmente tem contrato com a Petrobrás para prestação de serviços de carros médios e pesados, em todo o Estado, com quase 300 veículos contratados. A nova atividade do grupo será na área de retífica e venda de peças. A Retificadora São Cristovão funcionará no prédio anexo ao da Transportadora, na rua Interventor Mário Câmara, 3000-A. A nova firma vai começar a funcionar a partir do próximo mês, com serviços de torno, plaina e testes de bomba e bicos injetores. Estão à frente do empreendimento Manoel Barreto Filho, Laumir Barreto, Manoel Barreto Júnior, Flávio de Macedo Barreto e Cleano da Rocha Barreto.

JUNDIAÍ ESPECULADA — Depois da valorização dos terrenos do Centro da Cidade pela invasão de Bancos e casas comerciais, pagando preços astronômicos por metro quadrado, chegou a vez das ruas mais próximas ao Centro. A Jundiá passou a ser uma delas. O Banco do Nordeste do Brasil está colocando à venda um imóvel de sua propriedade, que servia de residência do gerente local, por 23.678.972 ORTN's, o equivalente a preço de maio a Cr\$ 92.622.903,66. O imóvel fica em frente à Fundação José Augusto, e tem 613,75 metros quadrados de área construída. As propostas para compra do terreno serão aceitas até 30 de junho, e o pagamento será mediante a assinatura da escritura, com ORTN's corrigidas. As propostas de compra a prazo só serão examinadas se não

houver nenhuma à vista.

★ ★ ★

GARAVELO COMPRA SALHA — O Grupo Garavelo adquiriu todo o controle acionário das empresas do Grupo Salha S/A. A Salha era a última empresa do Distrito Industrial de Eduardo Gomes que ainda pertencia a empresários do Rio Grande do Norte: Genário Alves da Fonseca e Nagib Salha. Os novos dirigentes esperam conseguir o equilíbrio da empresa dentro do menor espaço de tempo possível, visando corrigir algumas distorções a que foram levados pela crise atual. Uma das prioridades está na área de produção de matéria-prima, para garantir a produção de óleo de mamona para exportação.

★ ★ ★

SINAL NO UMBIGO

EM CARUARU — O jornalista e publicitário Everaldo Gomes estará lançando, no próximo dia 3 de junho, na Livraria Estudantil de Caruaru (PE), o seu livro de crônicas Sinal no Umbigo. Everaldo espera alcançar em Caruaru o mesmo sucesso do lançamento em Natal. O livro que foi lançado em fevereiro, está praticamente esgotado e o autor se prepara para a segunda edição.

★ ★ ★

DOMINGO NO PARQUE — O empresário Paulo de Paula está lançando o Grupo Fechado Center Park. O projeto e construção é da G. M. Empreendimentos Ltda, empresa do Grupo Galvão Mesquita. O projeto foi elaborado observando-se a necessidade de áreas de lazer, com apartamentos funcionais e acabamento fino. O Con-

domínio terá quinze mil metros quadrados de área privada, com alamedas pavimentadas, ciclovia e campo de futebol. Este é o primeiro conjunto de apartamentos entregues em Natal com todo esse complexo estrutural. Por este motivo a campanha de lançamento tem como tema **Domingo no Parque**.

★ ★ ★

RN EXPORTA MENOS — Com os elevados custos de produção e as dificuldades de captação de recursos financeiros, o Rio Grande do Norte teve uma queda na sua pauta de exportação de 22,68%, que representa um prejuízo para o Estado e menos divisas para o País. O Estado exportou em 1981 US\$ 61.513 milhões contra US\$... 47.559 milhões em 1982. O RN assim mesmo ocupa o 5.º lugar nas exportações do Nordeste. Entretanto, falta-lhe estrutura de apoio, como a melhoria e mecanização do Porto de Natal, onde não pode atracar navios de maior calado, dificultando assim o embarque dos nossos produtos para o mercado externo. E o assunto vai ficando para depois, enquanto perdemos para os vizinhos que são mais agressivos politicamente.

★ ★ ★

PASEP NA FOLHA DE PAGAMENTO — Até o mês vindouro o funcionário público municipal receberá seu PASEP através da folha de pagamento. É o que informa o Secretário da Administração Municipal, Rui Santos. A implantação do pagamento



Os Encontros do RN

A idéia foi lançada por *RN/ECONÔMICO* e a Associação Comercial prontamente prontificou-se a dar o seu aval. Da sugestão para a prática não demorou uma semana e, logo, foi realizado o primeiro almoço denominado de Encontros do RN, na sede da Associação Comercial, no sábado 28 de abril. O primeiro convidado, o Governador José Agripino, aceitou prontamente. E compareceu pontualmente, como é do seu hábito, juntamente com seu assessor de Comunicação, jornalista João Machado, participando, descontraidamente, do bate-papo com empresários do Estado. No primeiro almoço da série estavam presentes, entre outros, os empresários Paulo Vasconcelos de Paula, Antônio Gentil, Bitamar Bezerra, Zildamir Soares, Airton Costa, Edberth Ribeiro Duarte; os jornalistas Cassiano Arruda e Wellington Medeiros, Deputado Marcilio Furtado, além do vice-Governador Radir Pereira e do convidado especial, Governador José Agripino. No segundo almoço-encontro, no sábado 14 de maio, o convidado especial foi o Prefeito Marcos César Formiga, com o comparecimento dos empresários Antônio Gentil (já na condição de novo presidente do Clube de Diretores Lojistas de Natal), José Geraldo Medeiros, Airton Costa e Miguel Oliveira; dos jornalistas Cassiano Vidal (Assessor de Imprensa da Prefeitura do Natal), Agnelo Alves, Everaldo Gomes Porciúncula e Wellington Medeiros, entre outras presenças. Nas duas oportunidades foram trocadas idéias, de forma descontraída, sobre problemas econômicos, sociais e políticos do Rio Grande do Norte.

do PASEP na folha de vencimentos acarretará um aumento de quase Cr\$ 2 milhões aos cofres do município, beneficiando a 4.500 servidores, entre ativos e inativos.

★ ★ ★

LOJÃO NA PRESIDENTE BANDEIRA — A Comercial José Lucena inicia no próximo mês a construção de mais uma grande área na Presidente Bandeira, esquina com a Churrascaria Dom Pedrito. Será mais uma loja de material de construção em geral, elétricos e produtos agrícolas. Segundo o empresário Wellington Lucena, a loja terá mais de 2.000 metros quadrados de área construída, onde ficará inclusive toda a administração da empresa. O dr. Wellington Lucena ampliou sua loja da Mário Negócio, em atendimento e espaço físico, entrando no ramo de materiais elétricos e agrícolas.

ODIA DA TEIMOSIA.

Trabalhar, oferecer empregos, criar riquezas, transformar matéria prima em bens de consumo, pagar impostos, participar da manutenção da Previdência Social, somar capital ao trabalho quando os lucros de capital parecem líquidos, certos e cada vez maiores, é, nos dias atuais, - no mínimo - prova de teimosia.

Mas é também característica dos que fizeram a opção pelo trabalho, que se habituaram a construir, que se realizam produzindo.

Numa região como o Nordeste, e num Estado como o Rio Grande do Norte (ultrapassado por outras unidades regionais na corrida pela industrialização) o dia de hoje é de dupla teimosia.

Teimosos, confiantes, otimistas, brigadores, obstinados, incansáveis, os que fazem a indústria no Rio Grande do Norte vão comemorar esta data da mesma maneira com que conseguem sobreviver: lutando.

Lutando para produzir cada vez mais, lutando por menores custos, lutando por um número maior de empregos, lutando para um melhor aproveitamento de nossas matérias primas, lutando contra uma incidência de custos financeiros inaceitável.

Mas, resistindo.

E trabalhando.

Porque o Dia da Indústria no Brasil de hoje, e, especialmente, no Rio Grande do Norte, passa a ser o dia de quem acredita muito mais na força do trabalho do que nos lucros de capital.

De quem optou pelo caminho do fazer em vez de lucrar.

Porque o futuro deste País e deste Estado se fará com luta e com trabalho.

E, trabalhando, vamos comemorar, hoje, o Dia da Indústria.



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

25 DE MAIO - DIA DA INDÚSTRIA

Um tipo de crise especial

MANOEL BARBOSA

Dizer que a crise econômica no Rio Grande do Norte é grave é pleonasma. Muitos incorrem nesse pleonasma porque, na perplexidade, patinam no óbvio. Repetir o coro da desgraça parece ser a reação mais comum dos inseguros. É uma reação pânica, instintiva, como aquela do desesperado que põe as mãos na cabeça quando lhe cai em cima um fardo de várias toneladas. Na verdade, falta um enfoque mais preciso e atual do que vem acontecendo. A crise do Rio Grande do Norte e do Nordeste não é simplesmente mais uma crise no rosário tão conhecido e secular. É uma situação de gravidade extremamente peculiar, diríamos assim, sem estar querendo forçar nenhuma expressão.

E é até muito fácil situar as coisas. É conhecido o atraso do Nordeste em relação ao Centro-Sul. Há uma defasagem secular. Os economistas, ao longo dos anos e de muitas siglas implantadas para tentar corrigir as distorções, têm afirmado ser necessário um crescimento do Nordeste com vários pontos acima do índice do Centro-Sul para que, daqui a alguns anos, as regiões possam se equivaler. Também é sabido que essa diferença igualitária jamais foi conseguida, mesmo com os incentivos da Sudene. E enquanto esse ritmo não foi atingido, eis que vem a crise geral do País e, ainda por cima, o ciclo estúpido de cinco secas seguidas.

Por sobre esses fatores, há um dado terrível, agora. Os tempos estão correndo mais depressa. O desenvolvimento tecnológico encurtou o tempo de maneira brutal. Encurtou e, ao mesmo tempo, afastou. Temos, pois, que o atraso de agora não é o mesmo de, digamos, dez anos atrás. Um ano de aperfeiçoamento tecnológico é um ano relativo, não mais um ano formal como o de antigamente. Einstein substituiu Newton para a feitura desses cálculos.

Quem, nesse exato momento, se atrasar na corrida tecnológica, dificilmente terá mais condições de superar o atraso. Estamos na era eletrônica, do conhecimento e dos circuitos integrados. A defasagem num setor implica numa defasagem num ciclo completo — ou, mesmo como costumam dizer os economistas delfinianos, numa defasagem indexada.

A tecnologia atual é tão dinâmica, que os produtos perdem a atualidade com um ano. No ano seguin-

te, surgem outros totalmente revolucionários, mais ainda do que o anterior — e não é a velha questão do aperfeiçoamento, como ocorria no caso da indústria automobilística com os modelos de cada ano.

No Centro-Sul a crise econômica, se afetou drasticamente muitas empresas, não chegou a demolir a estrutura das principais. Até pelo contrário. Premidas pelas necessidades, muitas empresas procuraram se modernizar, adotando métodos sofisticados de produção — até robôs — para baixar os custos e aumentar a produtividade. Consequentemente, estão integrando-se às novas correntes tecnológicas até mesmo por força das circunstâncias e pela necessidade de sobrevivência.

Isso não acontece no Nordeste.

As empresas procuram, sim, sobreviver. Mas como ainda não estavam, antes da crise, no nível da industrialização competitiva, não chegaram ao estágio da montagem de uma estrutura que lhes permitisse a entrada — pelo menos com a primeira passada inicial — no novo estágio. Agora, estão querendo não fechar. Não é exatamente a questão de sobrevivência. É — como os empresários estão admitindo com franqueza — questão mesmo de não fechar. Ir levando aos trancos e barrancos, como Deus quer e consente.

É uma luta heróica, sim. Mas quixotesca. Os molhos de vento são poderosos demais: o tempo. Essa dramática luta para manter a respiração significa, em última hipótese, derrota, mesmo no caso de vitória — e isso é mais um paradoxo doloroso do Nordeste e do Rio Grande do Norte. Vencer não é vencer. O mundo está entrando na era da eletrônica total, da computação, da informatização. E o Rio Grande do Norte tentando manter seus minguados empregos à moda antiga — o que, para os que conseguem, já é uma felicidade.

Mas o tempo está passando. Eletronicamente.

O Estado não só vai se atrasando, agora, como correndo o risco de entrar num poço profundo.

Esse o dado diferente da crise atual, segundo entendemos. Uma crise tão forte que veda até o acesso às novidades mais recentes do consumo, por falta de condição do mercado.

Vai ser preciso muita imaginação para sair dessa.



Após os acontecimentos em São Paulo, a Polícia reforçou o policiamento, por uns dias, em Natal: precaução

ESPECIAL

Crise de desemprego se agrava e pode ser obstáculo político

EMANOEL BARRETO

O Rio Grande do Norte atravessa uma das suas mais sérias crises econômico-sociais de todos os tempos. A afirmativa está funcionando como traço de união entre trabalhadores e empregados, que pregam a união e o fortalecimento do Estado como forma de encontrar-se uma saída para o problema que, mesmo estando inserido num contexto maior, seja a nível nacional, ou como decorrência longínqua e localizada numa das mais pobres regiões do planeta, está a cada dia preocupando mais todo aquele que tenha um papel de responsabilidade a desempenhar.

E isso como forma de enfrentar dois aspectos fundamentais e angustiantes da questão: o crescimento do índice recessivo e a sua manifestação mais cruel, o desemprego, que causa intranquilidade social e poderá, disso não se tenha dúvida, colocar até mesmo uma pedra no caminho da abertura política. A recessão atinge

de maneira dura o empresariado, que, asfixiado pela falta de linhas de crédito, ou impensado por taxas altíssimas de juros, acaba por diminuir o ritmo de atividade, dando margem ao surgimento do desemprego, formando-se assim um perigoso e explosivo ciclo vicioso, que a ninguém interessa.

Chamado a manifestar-se a respeito do assunto, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte — Fiern, Fernando Bezerra, disse considerar o momento como da mais alta gravidade, com o empresariado industrial, especialmente da construção civil e do setor têxtil, sofrendo amargamente as consequências, temendo-se para muito em breve uma indesejável e drástica paralisação no ritmo de produção.

Referindo-se especificamente ao problema da construção civil, comentou que é de vital importância a preservação desse segmento de absorção de mão-de-obra não especializada, pelo fato de que, com o recrudescimento da seca, torna-se grande o

afluxo de trabalhadores rurais desempregados, que fatalmente têm no trabalho de pedreiro ou auxiliar de construção um emprego garantido. Assim, disse, desaquecendo-se o setor, pesados ônus sociais poderão ser criados, impedindo-se a centenas de famílias a obtenção do sustento.

EFEITO MULTIPLICADOR —

Fernando observou também que a construção civil, no âmbito de uma economia frágil como a nordestina e especialmente a norte-riograndense, é uma área de importância vital, não podendo de forma alguma sofrer desincentivo ou desaceleração do seu ritmo, revelando um dado de peso na balança dos problemas do Estado: 40 por cento da mão-de-obra empregada no setor industrial estão trabalhando na construção civil, enquanto os demais setores ocupam percentuais bem menos significativos no gráfico geral do quadro econômico, quanto ao aproveitamento de mão-de-obra.

Prosseguindo, revelou que das 22 firmas construtoras do Estado, so-

mente três estão em atividade e mesmo assim somente até julho, quando estarão em término de obras. Assim, adverte, torna-se urgente a reativação, a fim de que seja preservado esse importante aspecto da economia do Estado. Quanto ao setor têxtil, disse que a crise é das mais severas, temendo que a onda de desemprego venha a ampliar ainda mais os problemas sociais em Natal, onde o contingente de não empregados assume proporções assombrosas.

Referindo-se a um aspecto de grande relevância para o efeito multiplicador da crise, acusou as taxas de juros, que cujo acumulado chega ao estonteante quadro de 496 por cento, sufocando qualquer empreendimento econômico, por mais sólida que seja a empresa. Fernando Bezerra defendeu a presença governamental na reativação do setor da construção civil e manifestou-se a favor da redução de juros, a fim de que o empresariado possa atuar, garantir o emprego e sustentar o crescimento econômico.

DEZ MIL TRABALHADORES — A visão do trabalhador também foi chamada a opinar quanto ao problema da construção civil. O presidente do Sindicato classista, Francisco Silva do Nascimento, confirmou: é muito alto o nível de desempregado, atribuindo a recessão no setor à diminuição da presença oficial, que tem reduzido a implantação de conjuntos residen-



Nas praças, problemas nas fisionomias

ciais, retirando às empresas a oportunidade para gerar emprego e salário.

Segundo estimou, há pelo menos dez mil trabalhadores da construção sem emprego em Natal, acrescentando um detalhe que dá bem a dimensão da crise: uma construtora acabou um conjunto de apartamentos e a procura tem sido mínima, o que bem atesta a inexistência de potencial



Juro, ameaça muito pior

do que qualquer salário alto

“O que faz medo não é o novo salário mínimo, mas o juro”. Essa foi a reação generalizada dos empresários diante do novo salário mínimo de Cr\$ 30.600 para o Nordeste. E poderia haver razões para reclamações. O novo critério do salário mínimo elimina a terceira faixa, que era a mais baixa e englobava o Rio Grande do Norte. O motivo desse critério: os empresários dos centros mais adiantados poderiam pagar salários mais altos. O Rio Grande do Norte ficou na segunda faixa, com benefícios

para seus trabalhadores. Foi-se, porém, o tempo em que o impacto do salário mínimo era a maior pancada sentida pelo empresário potiguar. Pelo menos, ninguém reclamou ostensivamente. O que está atravessando na garganta de todos é o juro espinhoso e o dinheiro difícil.

COMO AGUENTAR — Aos trabalhadores, pouco importa o problema do empresariado. Nas festividades (?) do 1.º de maio, Dia do Trabalhador, os sindicatos se reu-

quisitivo. Assim, lembra que, mesmo que o Governo volte a atuar mais intensamente em favor da política habitacional, haveria o perigo de não haver compradores, diante do crescimento inflacionário, havendo então a quebra da cadeia econômica, que manteria permanentemente o perigo da recessão.

Francisco Silva, em seguida, comentou que, diariamente, pelo menos 25 homens comparecem ao Sindicato, buscando oportunidade de emprego, quase sempre voltando sem qualquer resposta positiva. A categoria, ao mesmo tempo, somente tende a aumentar, como bem expressam os números que apresentou: há um ano, quando assumiu a presidência sindical, havia 11 mil trabalhadores inscritos, total que saltou para 15 mil 352 até agora, o que indica a importância de incentivo a esse aspecto do mercado absorvedor de mão-de-obra, que paga salários que vão desde Cr\$ 33 mil 625,25 aos operários não-qualificados, até Cr\$ 46 mil 163,47 aos pedreiros qualificados.

NÃO INTERESSA MAIS — Um experimentado líder empresarial, com grande vivência no setor comercial, Zildamir Soares de Maria, presidente da Federação de Clubes de Diretores Lojistas, analisou assim a crise: “Na realidade, nós vamos sentir os reflexos dessa recessão a partir de agora, porque os meses de janeiro, fevereiro

niram no Palácio dos Esportes para reclamar por mais empregos e criticar a situação econômica. Se o problema dos empresários é juro alto, o do assalariado é emprego — e ele o quer, de qualquer modo, porque precisa sobreviver e manter sua família. Esse impasse é crucial. E, o que é pior, insolúvel na presente conjuntura. A Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), numa saudação aos trabalhadores na passagem do seu dia, pediu colaboração para que o problema fosse enfrentado conjuntamente. Seja como for, além do salário mínimo, o INPC para o reajuste dos salários de junho foi recorde — de 52,9%. Para muitas pequenas empresas, isso vai ser realmente um rude golpe. Mas, ainda assim, o golpe maior dos juros altos é tamanho que não se ouve gritar por nenhuma outra coisa mais.

e março sempre foram conhecidos como meses recessivos, em face dos períodos sazonais de vendas, que vêm desde o ciclo natalino e as vendas do mês de maio”, quando tradicionalmente a figura da mãe e da noiva inspiram o crescimento das vendas.

Segundo entende, a recessão já está em início, para em seguida relacionar as medidas que o comércio precisará acionar para enfrentar o quadro desfavorável. Abriu o elenco de itens lembrando a contenção de despesas como elemento essencial para aliviar os efeitos danosos da recessão e continuou, alertando então para a necessidade de impedir-se que as empresas se expandam. Mesmo descartando um destaque maior para qualquer aconselhamento em torno da demissão de funcionários, colocou com destaque a afirmativa de que, diante da crise, não considera válido, do ponto de vista empresarial, a contratação de mais pessoal, já que isso fatalmente acaba criando novos ônus, não no que diz respeito propriamente aos salários, mas como decorrência direta dos encargos sociais.

Continuando, disse que qualquer empresário lojista que queira sobreviver deverá necessariamente diminuir a quantidade de compras às fábricas, sob pena de ver estoque encaalhado e um insuportável acúmulo de contas e dívidas de difícil solução. Acrescentou que também é alarmante o nível de liquidez, advertindo a categoria para “o índice de inadimplência”, com um nunca visto número de maus pagadores, certamente premidos pelas próprias circunstâncias dos difíceis dias de hoje.

Zildamir, para melhor espelhar a situação, revelou que, segundo dados oficiais do Clube de Diretores Lojistas de Natal, os meses de janeiro, fevereiro e março deste ano registraram o incrível índice de inadimplência da ordem de 504 por cento acima de igual período do ano anterior, e disse: “É alarmante”. Para em seguida, co-



Recessão com carestia



Drama nos supermercados

mentar: “O problema não é só vender. É vender e receber”.

Ele também defende que o empresário fuja da dependência do setor bancário, atribuindo aos juros escorchantes a ponderável culpa pelo estado de estreitamento suportado pela

economia, especialmente na área com a qual lida, os serviços. Analisando com conhecimento de causa o assunto, garante que a grande maioria do empresariado lojista irá fatalmente apelar para as medidas que considerou como importantes para a resolução da crise, desabafando: “Porque, nesse momento, não interessa mais crescer”.

QUEM MAIS SOFRE — Com a recessão do comércio, quem mais sofre é o comerciário. Realmente. Homens e mulheres que dependem para viver exclusivamente das vendas que realizam nos balcões das lojas, a categoria vive tempos de dificuldades e incertezas, vêm a cada dia minguar a presença do comprador, o que tem um significado claro: ameaça ao emprego, como forma natural da empresa livrar-se de qualquer maneira dos seus problemas financeiros.

É o presidente do Sindicato, que reúne a categoria, Genival Inocêncio Penha, é quem define a situação como “crítica”, lamentando que tenha aumentado assustadoramente o nú-



VENCEDOR

é café puro

Colorau Coração de Ouro Creme de Milho PL

Rua dos Paianazes, 1490 — Tels.: 223-4400/4401 — Alecrim — Natal-RN.

mero de demissões, chegando a um tal ponto, que não soube precisar o total de funcionários dispensados, pois as homologações são feitas na própria empresa, em caso de pessoas com menos de um ano de casa, junto ao Sindicato, Delegacia Regional do Trabalho. Assim, diz, torna-se impossível ter uma idéia, mesmo que genérica, de quantos companheiros seus estão sem emprego.

Após dizer que "na atual situação não há rotatividade", o que significa dizer que comerciário despedido é alguém em vias de enfrentar um certamente prolongado período sem carteira assinada, Genival concorda com a idéia generalizada de que os juros altos são altamente prejudiciais ao empresariado — qualquer setor, especialmente os que estão ligados ao comércio lojista.

O resultado, é a diminuição das atividades, repassando-se o problema ao trabalhador, que acaba sem emprego, tudo isso dentro de um quadro generalizado de crise, já que o lojista passa a ser altamente onerado em seus custos operacionais como um todo. Além disso, vê como fator para agravar a situação a notória diminuição de produtos comercializados, o que desestimula ainda mais a atuação do setor.



Genival: juros devem baixar

Genival, enfim, defende juros baixos aos empresários, como forma de que os lojistas venham a ter alguma oportunidade de expansão, para que seja cortada a cadeia recessiva, que, para o comerciário, acaba sempre com a redução de mão-de-obra comercializada, atualmente com salário-piso de Cr\$ 34 mil.

A crise, assim, está preocupando todos os segmentos produtivos, seja do ponto de vista patronal, seja a partir da ótica assalariada, com todos

conjugando opiniões que de alguma forma venham a, pelo menos, advertir quanto ao perigo recessivo, que a cada dia mais amplia a sua sombra, enevoando a economia do País, da Região e do Rio Grande do Norte, particularmente. A recessão, como fenômeno, manifesta-se de forma ponderável, paralelamente a outro problema avassalador, a inflação, que castiga duramente a sobrevivência familiar, com os salários encurtando a cada nascer do sol. □

Na onda da crise, a seca ainda continua afetando

Na onda de crise, seca, problemas com atraso dos trabalhadores da Emergência, surgiram as especulações sobre aplicações no "open" e no "overnight" de dinheiros públicos. Tudo partiu de uma frase mal articulada do chefe do escritório da Sudene, Antônio de Pádua, num almoço em Janduí. O noticiário sobre a aplicação do dinheiro destinado ao pagamento dos trabalhadores inscritos no Programa de Emergência causou algum trauma. Logo, surgiram desdobramentos, com revelações de que também órgãos ligados ao Estado faziam esse tipo de aplicação. Após as primeiras notícias, quem supunha que iria haver uma repercussão nacional se decepcionou profundamente. Os jornais do Sul não deram a menor importân-

cia a esse tipo de noticiário e nem sequer houve o registro num canto de página. E tudo por um motivo muito simples: a aplicação no "open" é tão institucionalizada, nos Estados do Centro-Sul, que



poderia causar estranheza o fato de alguma empresa ou grupo deixar passar a oportunidade de não aplicar o dinheiro que terá de ficar parado por alguns dias no caixa, se desvalorizando.

REGRAS DO JOGO — Tudo é uma questão de familiarização com as regras do jogo. Segundo essas novas regras, não é imoral a aplicação no "open", desde que ela seja feita numa instituição reconhecidamente idônea. No caso do dinheiro público há, porém, um aspecto: de que maneira será utilizado o lucro auferido na operação? Isso é importante, para que ninguém se aproveite do dinheiro público para lucrar em proveito próprio. Mas se houver absoluto controle desse lucro e ele for revertido para o próprio Estado, a operação, segundo os especialistas, é normal.

No caso da Emergência é diferente. Como o Programa já diz, a situação é de emergência. Logo, assim que o dinheiro é liberado, deve ter fluxo rápido para atender às necessidades do trabalhador. Se ficar empancado por algum tempo numa operação financeira vai prejudicar muitos inocentes. Mas Sudene e BNB garantem que isso não está acontecendo.



Bezerrinha: endurecer o coração

CONJUNTURA

Na crise, o gerente bancário tem de endurecer o coração

Os incandescentes reflexos da crise econômico-financeira que ofusca toda a estrutura social do País, causando uma justificada e profunda preocupação nos setores responsáveis, estão, mais acentuadamente, criando motivos para uma racional apreensão quanto à questão do dinheiro em um setor especialmente interessado e ligado ao assunto, a rede bancária. E que a retração de mercado, que decorre da imersão do País num já quase alarmante processo recessivo, socializa de forma rude e global prejuízos, temores e lucros reduzidos, que abatem-se duramente sobre a realidade do universo financeiro, que não pode nem deve vangloriar-se de progresso somente por causa das altas taxas de juros, uma miragem da inflação.

Para comentar o assunto, **RN/ECONÔMICO** foi ouvir um especialista, um competente e sóbrio profissional das finanças, Francisco Cordeiro Bezerra, gerente do Banco Auxiliar, Bezerrinha, para os amigos e clientes. Indo direto ao assunto, ele manifestou sua preocupação dizendo que a cada dia mais se vê a continuada e incontrolada subida das taxas de juros, "especialmente as taxas nominais, que são as mais altas".

Apesar disso, comentou que ainda persiste algum otimismo no setor, estimando que, a despeito do emara-

nhado e dinâmico quadro de dificuldades atualmente enfrentado, venham a baixar as taxas de juros nominais. Quanto aos motivos para o desequilíbrio existente, que mantém em espiral de ascensão o custo do dinheiro, adverte: "O Governo está captando a taxas altas e isso implica



Gerente: trabalho árduo

em que os banqueiros também fazem suas aplicações no mesmo nível", que, assim, não permite nem pensar em desaquecimento da temperatura inflacionada da moeda, no seu especialíssimo, suscetível mercado.

RESOLVER CADA CASO — A praça de Natal, baseada numa economia frágil e em literal processo de empobrecimento, foi abordada por Bezerra, que, contudo, garante que qualquer devedor, ao invés de ficar protelando o pagamento do dinheiro tomado, deverá assumir o comportamento mais desejável no caso, dirigindo-se à agência do empréstimo, para compor a dívida: "A boa vontade do Banco é algo bastante ponderável", tranquiliza.

O reescalonamento da dívida assume caráter de palpável importância, adverte, pelo fato de que os juros de mora, atualmente, são cobrados a taxas maiores do que as taxas de crédito normal, o que, em caso de um sucessivo acúmulo no atraso do pagamento, poderá redundar numa situação insustentável para quem fez a tomada, especialmente no caso empresarial, quando sabe-se que o setor enfrenta dificuldades de grande monta, inclusive na área de encargos sociais.

Ainda insistindo na questão da recomposição de dívidas, convidou: "O que se recomenda é que o cliente procure reescalonar o seu débito com o Banco, que tem interesse em resolver cada caso, encaminhando o problema da melhor maneira possível".

NUMERÁRIO DAS DÍVIDAS — Falando de uma propalada, intimidatória lembrança de que os Bancos são instituições implacáveis na cobrança dos seus devedores, colocou o problema com uma frase curta e confortadora: "Os Bancos hoje são mais acessíveis". Quanto à suposição de uma crescente onda de iliquidez na praça local, disse que isso pode ser facilmente constatado pela observação diária das colunas que os jornais publicam, listando o numerário das dívidas, o que atesta, disse, uma crua realidade: muita gente está deixando de saldar os seus compromissos.

Isso, além de ser uma prática indesejável para quem vendeu, no caso do comércio; ou emprestou dinheiro, no aspecto bancário, torna-se ainda mais perigoso pelo fato de que induz ainda mais o processo recessivo, com a ausência de circulação de dinheiro. Mas o natalense ainda sustenta um comportamento que muito bem caracteriza o nordestino, observa Bezerra: a vontade de pagar o que deve, de qualquer maneira.

Detalhando, disse que, especialmente da parte do comerciante, permanece aquela noção de moral, de respeito ao conceito gozado na socie-



Nos bancos: dureza até Imposto de Renda

dade, que leva o tomador a enfrentar todas as dificuldades, contanto que fique com o "nome limpo". Mas apesar desse aspecto, admitiu, há uma inegável crise, cujas vinculações com o quadro nacional são inequívocas, mas que tem profunda ligação com a pobreza da Região e do Rio Grande do Norte em particular.

LIMITE DA ESPERANÇA — O baque econômico e suas interrelações com o lado financeiro da questão, todavia, não tem desestimulado a atração de novos clientes, diz Bezerra, acrescentando que apesar das grandes, pesadas dificuldades conjunturais, as instituições de crédito continuam "buscando novos negócios", até mesmo como forma de continuar atuantes na área e garantindo sua parcela de lucratividade, que, apesar de tudo, precisa ampliar-se e consolidar-se ano a ano.

E tal atividade volta-se diretamente para a pequena e média empresas, que, mesmo diante da recessão e talvez exatamente por isso, vem ao Banco, a fim de garantir sua capitalização e assim continuar interferindo no mercado, disse Bezerra, que logo

em seguida salientou que é de total interesse da rede bancária que o meio financeiro seja o mais ágil possível, já que do envolvimento Banco e empresa no mercado financeiro surge um somatório proveitoso em todos os níveis, com desdobramentos sociais desejáveis.

Referindo-se particularmente ao Banco a que está ligado, o Auxiliar, disse que "como gerente de um grande Banco, que se reimplanta em Natal, posso afirmar que, da nossa parte, haverá crédito", dentro da política de sólida participação nas questões econômico-financeiras relacionadas com o mercado norte-riograndense.

A crise, as incertezas e desvãos que tanto marcam o problema econômico, com ênfase especial para a questão do dinheiro, entretanto, não desanima a visão pragmática do experientado Francisco Bezerra, cuja vivência no setor pode assegurar que, com calma, a situação, pelo menos, poderá ser contornada. E diz, com um expresso sabor de advertência: "Apesar de tudo, acredita-se que este será o ano do Nordeste e isso porque nossas dificuldades são os limites das nossas esperanças". □



Nos balcões, a apreensão

RN/ECONÔMICO — Maio/83

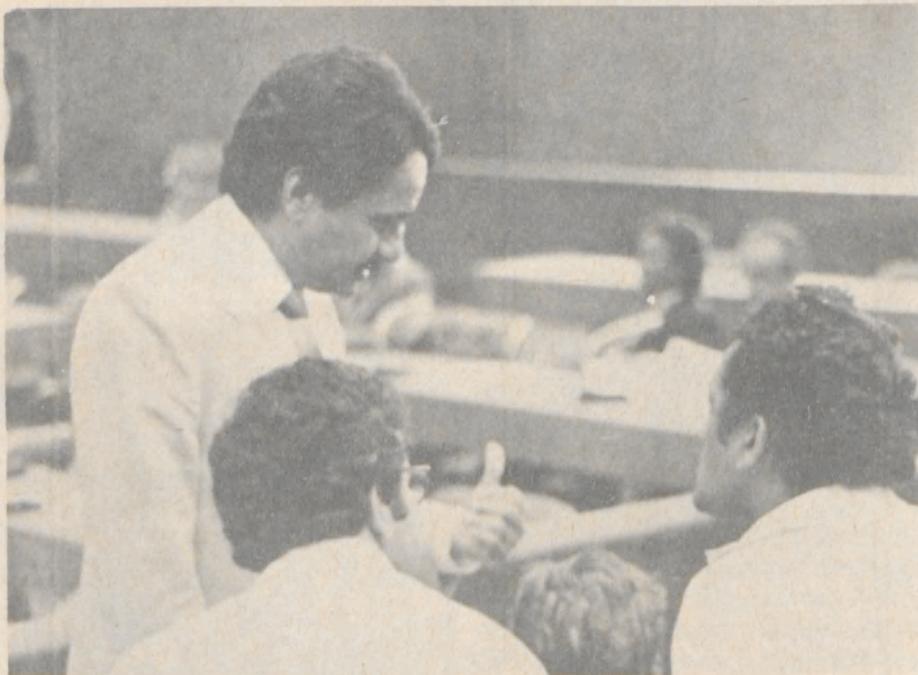
UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.

Saci
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Mátrix: Rua Pte. Bandeira, 828
Tels.: 223-3626, 3627, 3628
Filial: Av. Rio Branco, 304, 310
Tels.: 222-0284, 3367



Deputados como mediadores também

ASSEMBLÉIA

Maior espaço para deputados marca essa nova etapa do RN

Com o certamente definitivo arremesso da Nação no rumo de uma abertura mais palpável, situação que de um lado decorreu da disposição do sistema em quebrar sua rigidez, e, de outro, como produto da organização da sociedade, pressionando pelo retorno à normalidade institucional, sentiu-se que o País, hoje, recebe em todos os seus segmentos a presença de um clima que aos poucos ameniza a temperatura de alto forno a que todos os brasileiros achavam-se submetidos.

É é justamente essa aragem que, bafejando mais diretamente os ambientes políticos, gabinetes, corredores e plenários, quer de Câmaras Municipais, até Assembléias Legislativas e Congresso, tem permitido à classe política, impulsionada pela revigorante corrente de ar, tomar a frente dos debates, provocando assuntos e questionando problemas que agravam ou surgem, para conturbar a questão social nacional ou localizada.

SÚBITO REAJUSTE — Em termos de Rio Grande do Norte, num passado recente, o Governo Tarcísio Maia, o que se via era uma Assembléia Legislativa miúda em reivindicações ou



Márcio: presidência de uma Assembléia mais ativa

denúncias, sem abordar os grandes temas sociais ou questionar a ação administrativa do governador de então. Na gestão seguinte, com Lavoisier Maia, prosseguindo a abertura, já sentiu-se que os deputados mobilizavam-se, chegando a oposição a propor e ver formada uma CPI para apurar a aplicação, pelo Bandern, de Cr\$ 64 milhões na Depac, uma corretora do Rio, em vias de falência.

No atual período, o Governador Agripino Maia já sente, com menos de dois meses de Governo, as primeiras vergastadas da oposição, com discursos inflamados exigindo soluções para a questão norte-riograndense. Comissões populares vão à Assembléia falar com os deputados e pedir providências para casos como o súbito reajuste das prestações das casas do conjunto Santa Catarina ou o pagamento de indenização às vítimas de um acidente com um poste de alta tensão, em Igapó.

A atuação da classe política, assim, demonstra que abre espaços, ao mesmo tempo em que vê sua imagem reabilitada perante a comunidade, que busca deputados e vereadores para que seja proposta soluções para problemas que vão desde o pedido de uma linha de ônibus para um bairro distante, até denúncias envolvendo o abandono do homem do campo.

SITUAÇÃO CARCERÁRIA — Se em 82 houve a CPI, sepultada pelo Governo aparentemente para não aprofundar a questão, este ano a Assembléia já mobilizou-se diante de um problema antigo, mas que agora atinge limites extremos: a situação

carcerária do Estado. Uma comissão de deputados do PMDB e PDS, acompanhada por representantes da OAB e Comissão Justiça e Paz, visitou durante mais de quatro horas a Penitenciária Central, achando ali uma situação que em muito, certamente, seria assemelhada à de uma prisão ou calabouço medieval.

O assunto penitenciário, na verdade, foi provocado por um deputado estreante, o ex-desembargador Amaro Marinho, do PDS, e obteve grande repercussão na imprensa, com largo documentário em texto, foto e TV. O problema, na verdade, não foi resolvido, mas a comissão, de qualquer forma, obteve uma curta, pequena vitória, com o Governador Agripino Maia alocando recursos da ordem de Cr\$ 50 milhões para amenizar um pouco as condições do presídio.

Ainda como desdobramento do caso, os mesmos deputados (Paulo de Tarso e Garibaldi Filho (PMDB), Leonardo Arruda, Getúlio Rego e Amaro Marinho (PDS) estão propensos a visitar as Delegacias de Natal, a fim de desvelar a realidade dos cárceres da cidade.

DEFESA DE COMUNISTAS — Noutro plano, agora dirigindo-se à retórica parlamentar, sente-se que temário delicado e que até então não era tocado em maior profundidade, a legalização do Partido Comunista, foi



Agripino: cortesia com Assembléia



Prestígio nas sessões

abordada sem meios termos, para um plenário repleto e galerias lotadas. Coube ao peemedebista Hermano Paiva levantar a questão. Criticando a apreensão do jornal *Voz da Unidade*, um órgão de esquerda, o parlamentar passou a defender, com seu discurso pausado e linear, a legalização do PC, como forma de afirmar-se a pluralidade democrática.

O pronunciamento ocorreu nos últimos dias do mês de março, recebendo aparte do deputado Paulo de Tarso, líder do PMDB, que solidarizou-se com Hermano, enquanto, por sua vez, o deputado Marcílio Furtado (PDS), enaltecia o "idealismo" do opositorista, sem esquecer contudo

A presença da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte nos assuntos mais importantes da vida do Estado tem sido a marca do seu atual período de trabalhos. Não foi só a questão da Colônia "João Chaves", que resultou na visita de parlamentares ao presídio e num posterior relatório ao Governador sugerindo as providências necessárias. Os deputados têm sido chamados para intermediar até greves, como foi no caso dos professores secundários. O significativo é que essa participação se tem caracterizado como uma posição do Poder Legislativo estadual e não como ação personalista deste ou daquele parlamentar. É claro que, do maior ou menor bñlhantismo da participação de cada um vai depender o rendimento eleitoral futuro. Mas os deputados têm atuado, nos assuntos mais importantes, em comissão. E com representantes dos dois partidos. No caso dos profes-

Os grandes problemas que a Assembléia discute

sores, eles foram também intermediários do documento reivindicatório entregue ao Governador José Agripino e intercederam para que a audiência fosse concedida num momento em que as relações entre o Chefe do Executivo e a

classe estavam estremecidas.

ATUAÇÃO CONSTANTE — Debates sobre a crise econômica do Estado, visitas a locais de projetos de destino duvidoso ou incerto — como o Projeto Camarão —, participação em elaboração de documentos reivindicatórios das grandes causas do Nordeste e uma permanente posição de vigilância, têm sido características da ação parlamentar, este ano. O próprio nível das discussões elevou-se vários tons, segundo é voz corrente entre os observadores da vida parlamentar. Muitos vêem nisso a própria ação seletiva do eleitorado, que soube escolher os representantes populares com mais discernimento, em função da sua maior lucidez no exercício do voto. Há quem diga também que até mesmo o fato dos parlamentares estarem, enfim, na sua própria casa e numa boa casa, com todas as condições operacionais, influuiu muito.



Leonardo e Paulo:

de criticar a forma de organização dos países socialistas.

EVENTUAL ENDURECIMENTO
— A Assembléia faz funcionar seu Centro de Estudos e Debates, quando são levantados temas de relevância para o Estado, abrangendo desde a questão agrícola-agrária, até os problemas urbanos da capital. Outro setor importante, a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social, tam-



... duas boas lideranças

bém movimentar-se e este ano já ouvir um técnico em construções de barragem, que acusou ser insegura a estrutura do projeto Armando Ribeiro Gonçalves, fato que, sem dúvida, ainda mais fortalece a participação do político na vida pública do Estado.

A revitalização da classe política é, assim, um fato inquestionável. Mesmo esbarrando na retirada das prerrogativas, o que representa ainda a presença do arbítrio, antepondo-se à ação parlamentar, existe a constante mobilização das forças sociais, de todos os segmentos, em favor da redemocratização. E a luta desenvolve-se como se decorresse de vasos comunicantes: uma força impele outra, criando-se a possibilidade de um movimento contínuo, até que se veja a luz no fim do túnel.

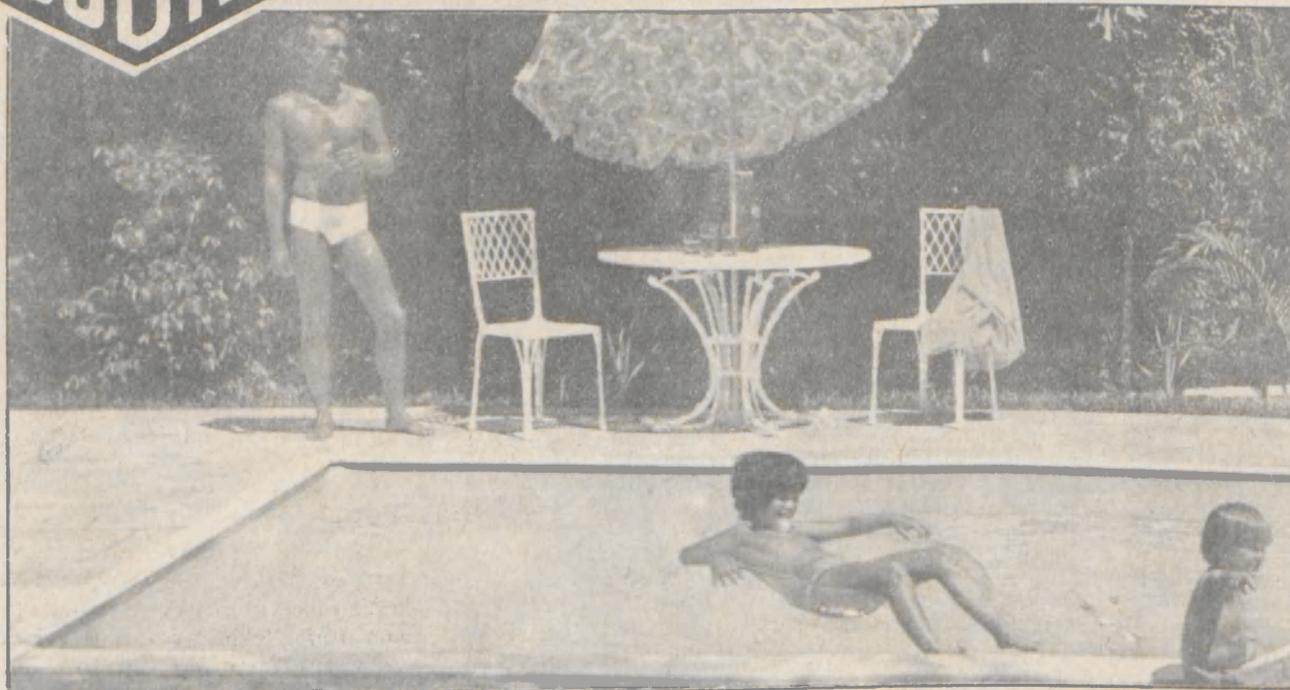
Assim, a sociedade está a exigir do político uma participação atuante e decidida ante os graves, penumbrosos problemas do dia-a-dia, e estes, à medida em que venham a bem representar os interesses, seja da comunidade nacional, ou estadual, terão aberto mais espaço para si, forjando defesas contra alguma eventual disposição de endurecimento do regime. □



TEM

Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Companhia Distribuidora de Ferragens

Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira — Fone: 222-3571 — Natal-RN

VEJA PORQUE CONTINUAM OS REAJUSTES DA GASOLINA, MESMO COM O PETRÓLEO MAIS BARATO

Para comprar um barril de petróleo a 35.50 dólares, em março de 1981, a PETROBRAS precisava de Cr\$ 2.716,82. Hoje, com a desvalorização do cruzeiro, e mesmo com o petróleo a 29.00 dólares o barril, são necessários Cr\$ 11.754,36 para pagar cada barril. É por isso que os preços internos da gasolina e demais derivados vêm sofrendo aumentos, mesmo com o

petróleo mais barato no mercado internacional. Mas, ainda assim, os 333% de aumento do preço do barril de petróleo em cruzeiros foram superiores aos reajustes da gasolina no mercado interno, que foram de 250% de março de 1981 a março de 1983. Como se vê, o petróleo está mais barato em dólares, porém muito mais caro em cruzeiros como mostra o quadro abaixo:

PERÍODO	VALOR BARRIL DO PETRÓLEO		VALOR DO DÓLAR	CUSTO BARRIL EM CRUZEIROS	ÍNDICE	PREÇO DA GASOLINA (Cr\$ / LITRO)	ÍNDICE
MARÇO / 81	US\$ 35.50	X	Cr\$ 76,53	= Cr\$ 2.716,82	100	60,00	100
MARÇO / 82	US\$ 33.52	X	Cr\$ 148,21	= Cr\$ 4.968,00	182	104,00	170
MARÇO / 83	US\$ 29.00	X	Cr\$ 405,34	= Cr\$ 11.754,86	333	210,00	250

No entanto, se com o esforço de todos, conseguirmos valorizar o nosso cruzeiro, diminuindo a inflação, e se a taxa de conversão em dólares for mais

constante, é evidente que a redução do preço do petróleo, em dólares, poderá manter estável o preço da gasolina e até reduzi-lo.

VOCÊ SABE PARA ONDE VÃO OS Cr\$ 210,00 DA GASOLINA?

Dos Cr\$ 210,00 que você paga pela gasolina, a maior parcela (Cr\$ 58,73) é para pagar o petróleo. Para a PETROBRAS cobrir o custo do refino são destinados Cr\$ 4,94. Os restantes Cr\$ 146,33 são destinados a diversos programas de interesse da coletividade, como a Previdência Social, o PIS/PASEP, as companhias

distribuidoras, os postos, os Estados e municípios, os transportes e estradas, as pesquisas e outras fontes de energia. Outra grande parcela importante é utilizada para que outros derivados de interesse coletivo, como o gás de cozinha, possam ser vendidos a preços mais baratos e ainda para que os derivados tenham o mesmo preço em todo o País.

MAIS PRODUÇÃO, MAIS EXPORTAÇÃO



PETROBRAS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
Ministério das Minas e Energia



A nova Câmara: vitalidade

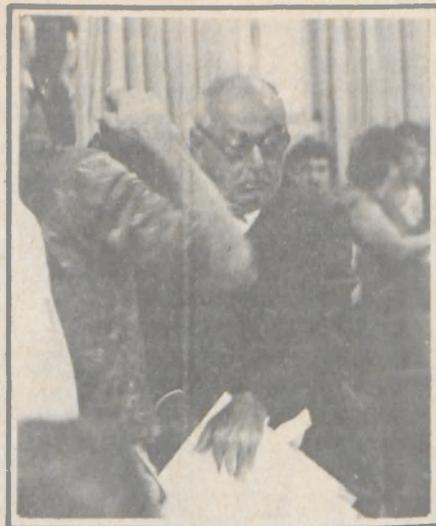
CÂMARA

Vereadores também renovam o seu trabalho na política

A desenvoltura que começa a cercar a atuação dos parlamentares em todos os níveis, atizando as peijas em plenário com a discussão de temas candentes, teria que, necessariamente, e até mesmo por gravidade, espalhar-se pelas Câmaras de Vereadores, no duro caminho de retorno à credibilidade. Pudera. Após o sufoco político que silenciou os gritos de deputados e senadores, transformando o protesto dos parlamentares em susurros de mal-estar, o tempo da abertura sugeriu um retorno às tribunas, com a denúncia e o debate das questões dos momentos nacional e local.

Os vereadores natalenses, sem dúvida, também buscam trilhar as sendas do novo tempo, renovando o discurso e investindo decididamente até mesmo contra os últimos moinhos de vento do autoritarismo. Assim, a Câmara Municipal de Natal não limita a sua esfera de preocupações quanto às ruas onde algum desleixado carro de coleta de lixo não passa há 20 dias. Não. Agora, os edis já espriam preocupações quanto a assuntos como a defesa da ecologia, defesa da liberdade de imprensa e questionamento do modelo econômico vigente no País.

Muito disso deve-se, certamente, à



No episódio de Lauro Melo, debate animado

própria renovação da Casa, que passou a abrigar novos inquilinos de mandato, cujo ardor político anseu muito mais do que a costumeira reclamação de que está faltando água numa ponta de rua. Como exemplos mais veementes, podem ser citados dois peemedebistas, Sérgio Dieb, líder da bancada, e Wober Lopes Jr. Jovens, têm-se efetivamente destacado pela abordagem de um temário áspere politicamente, mas sem descuidar-se das reivindicações básicas da comunidade.

NOVAS TRAQUINAGENS — Mas o PMDB, mesmo assim, ainda conserva os ranços do antigo vereador na figura de Antônio Cortez, cuja grotesqueria parlamentar tem chegado ao ponto de voltar-se contra a liderança da bancada, criando situações atritosas. Fazendo o antigo estilo político, o também opositorista Lauro Melo demonstrou um inenarrável senso de oportunismo ao abocanhar a presidência da Casa compondo-se de última hora com o PDS o que praticamente neutralizou a maioria de um que a oposição detinha na Câmara. Agora, em questões de maior importância, a liderança fecha questão, para evitar que o Presidente cometa novas traquinagens.

Do lado do PDS, pode-se citar como renovação, pelo menos em termos de faixa etária, a presença de Leôncio Queiroz, sobrinho do deputado federal Antônio Florêncio. Mas não se poderia esquecer a figura polêmica, quase folclórica do vereador Marlindo Pompeu. Eleito pela legenda do PDS, muito batalhou nas bases, não só para ganhar um manda-

to, mas para a derrocada da candidatura Aluizio Alves ao Governo. Conseguiu o intento. Ajudou a derrotar Aluizio e arranhou a sua vaga. Agora, inesperadamente, tem vociferado com tal desenvoltura contra a Prefeitura, que alguém mais desavisado poderá pensar que está ouvindo algum inflamado orador oposicionista.

FORMIGA ESCAVA — Das questões que a Câmara mais tem discutido, nesse início de ano político, o problema dos espigões que começam a espalhar-se pela cidade, tem sido uma questão das mais levantadas. Especialmente quando se fala na construção de blocos de edifícios na área das encostas da Rua Pinto Martins, Petrópolis, com vista para o mar. A comunidade, quando foi informada dos propósitos de uma construtora de ali instalar os edifícios, prejudicando a paisagem, caiu em campo, foi à imprensa e logo o eco reboava na Câmara Municipal.

O vereador Érico de Sousa Hackbardt, calejado político, logo encampou a questão, transformando o plenário em caixa de ressonância do grito popular. Rápido, ele preparou um projeto que considerava a área como *non aedificandi*, mas o Prefeito Marcos César Formiga, também fulminante, escavou e enterrou a iniciativa do vereador com um veto. Resultado:



Formiga; duros combates



Dieb; bom nível

tado: a comunidade continua protestando, mas os espigões vão mesmo ser construídos.

Mas a Casa, o Palácio Padre Miguelinho, ainda continua a abrigar acontecimentos bizarros, fatos incríveis, inesperados e, por que não, risíveis. Como por exemplo a atitude atribuída ao pedessista Lourenço Gonçalves. Certamente pessoa muito impressionável, o edil, inspirado no slogan "Natal, cidade espacial", encaminhou um requerimento à Presidência da Mesa, solicitando que fossem envidados esforços no sentido de que o colendo plenário buscasse manter contatos imediatos do terceiro grau com seres extraterrestres.

Segundo as informações que correram pelos bastidores, Lourenço teria atendido solicitação de um andarilho que estivera em Natal dizendo-se ufólogo. De qualquer maneira, não circularam maiores detalhes do caso, pois a Câmara em peso, tratou de abafar tão disparatada, cintilante e aérea pretensão.

Seja como for, o que sente-se é que a Câmara Municipal, com o depuramento de quadros e inscrita na aparente maturidade política que começa a impregnar a Nação, começa a participar de um processo em que todos só têm a ganhar, justificando o voto que foi dado. □

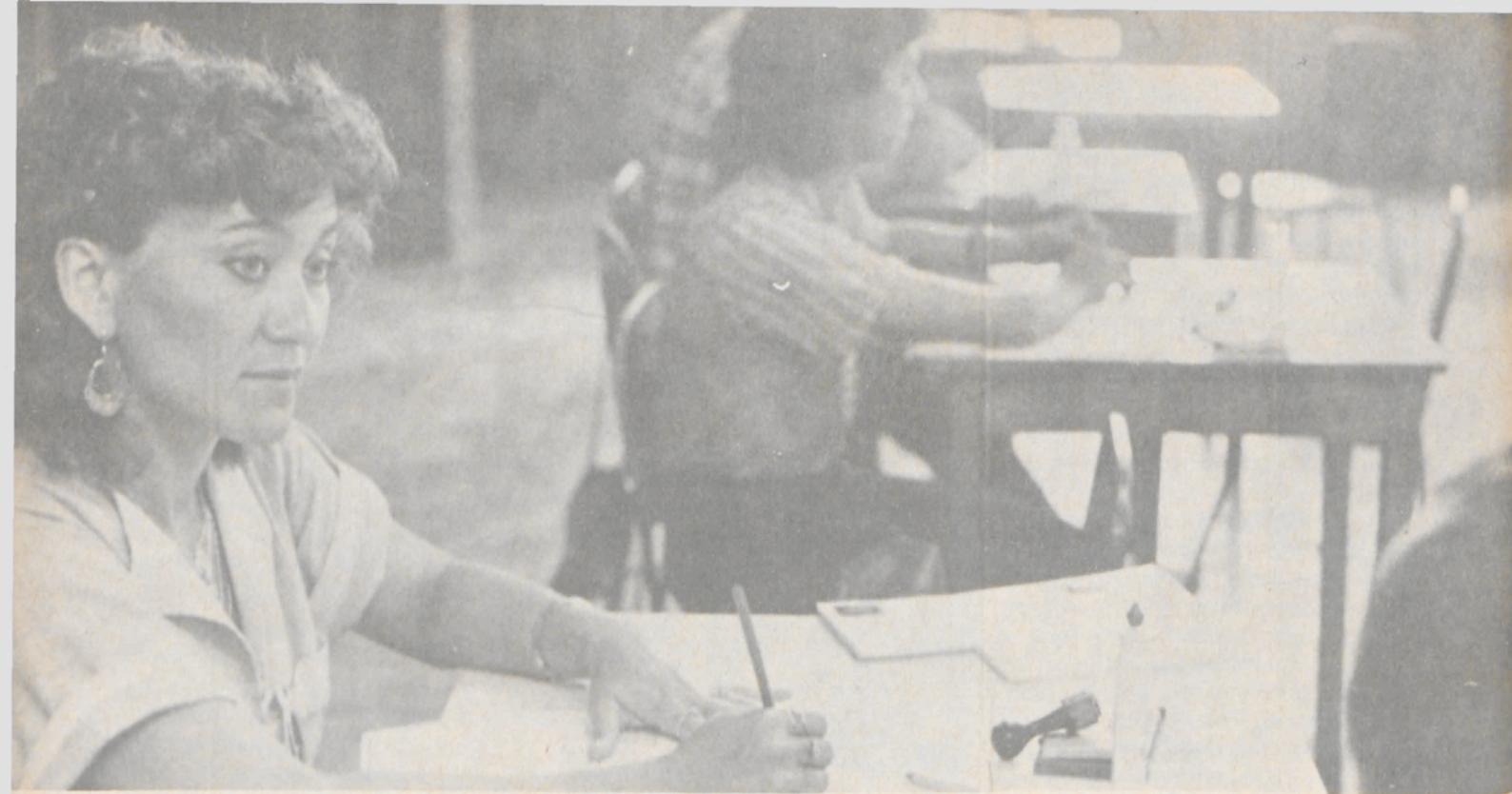
No atual período legislativo, a Câmara Municipal do Natal tem debatido questões de vital interesse para a cidade. Há um inusitado empenho por temas de interesse básico. Isso não quer dizer que esses interesses se restrinjam, apenas, a assuntos de caráter público como, por exemplo, a questão dos espigões na rua Pinto Martins, que derivou para um debate amplo sobre a necessidade de defender a paisagem marítima de Natal de uma selva de arranha-céus. Há outros assuntos de aparente menor interesse e, mesmo assim, que dizem respeito ao cotidiano da vida dos cidadãos de maneira significativa. É o caso do monopólio accidental da Rede Globo, como dona do mercado de imagens comerciais de TV na cidade. Como a questão diz respeito direto ao lazer de uma grande maioria dos natalenses, e como o lazer é elemento não supérfluo mas fundamental no cotidiano da vida moderna, a questão passou para o

A Cidade, os defensores e as críticas



âmbito das cogitações dos vereadores.

UNIÃO PELO LAZER — E, em consequência, a todo-poderosa Rede Globo passou a se defrontar com um oponente inesperado em Natal: uma frente interpartidária de vereadores formando uma comissão para realizar gestões junto à Rede Bandeirantes, no Recife, é conseguir que a sua imagem seja captada em Natal. Na sua luta atual por audiência com outros grupos, talvez a Rede Globo jamais pudesse imaginar o aparecimento de adversário tão inusitado. Mas o fato é que os vereadores, atendendo às reclamações dos seus eleitores, resolveram se unir para a solução do problema. No mínimo é uma demonstração de sintonia entre os vereadores e as causas que dizem respeito à maioria da população. Evidência de que a Câmara, nesta legislatura, não vai dedicar todo o seu tempo a entrega de títulos honorários ou discussões por questões pessoais.



No segundo Vestibular deste ano, inscrições foram bem poucas

COMPORTAMENTO

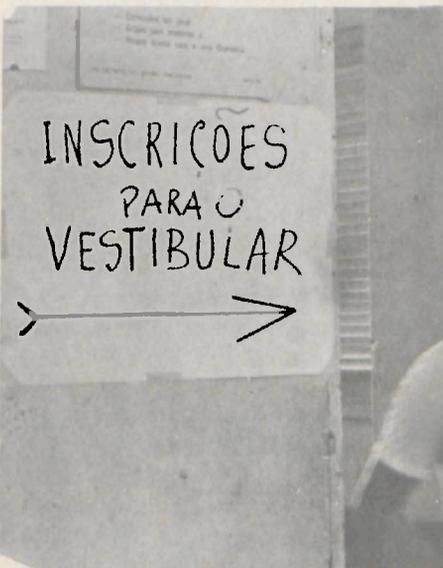
Sonho do diploma universitário deixa de ser objetivo do jovem

Já vai longe o tempo em que o status de estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte constituía motivo de orgulho e certeza de um futuro promissor. E partindo de várias direções, existe hoje um autêntico coro de insatisfeitos com o nível do ensino, que não poupa nem mesmo a suposta má-vontade de alguns mestres, além da desvinculação do ensino com a realidade.

Excesso de academicismo e teoria; falta de mercado de trabalho; estrutura estigmatizadora de uma ideologia ultrapassada e prevalência de um sistema autoritário que impede a participação dos estudantes nas decisões sobre os destinos da UFRN, são outras queixas proferidas amiúde nos diversos corredores dos Campi da nossa Universidade Federal, sem distinção de áreas ou cursos.

“Dia após dia, sentimos mais e mais as dificuldades que nos são impostas para que possamos sair desta Universidade com um mínimo de conhecimento”, diz o aluno Valdo Teodório de Almeida, concluinte do curso de Farmácia, acrescentando que as dificuldades são identificadas e até

divulgadas, mas nada é feito, em absoluto, para a sua mudança; pelo contrário, diz ele, confessando-se preocupado com falta de consultas prévias à comunidade universitária, “um interlocutor indispensável para a busca de soluções plausíveis para as dificuldades reinantes dentro da UFRN”, em sua opinião.



O chamamento atrai pouco

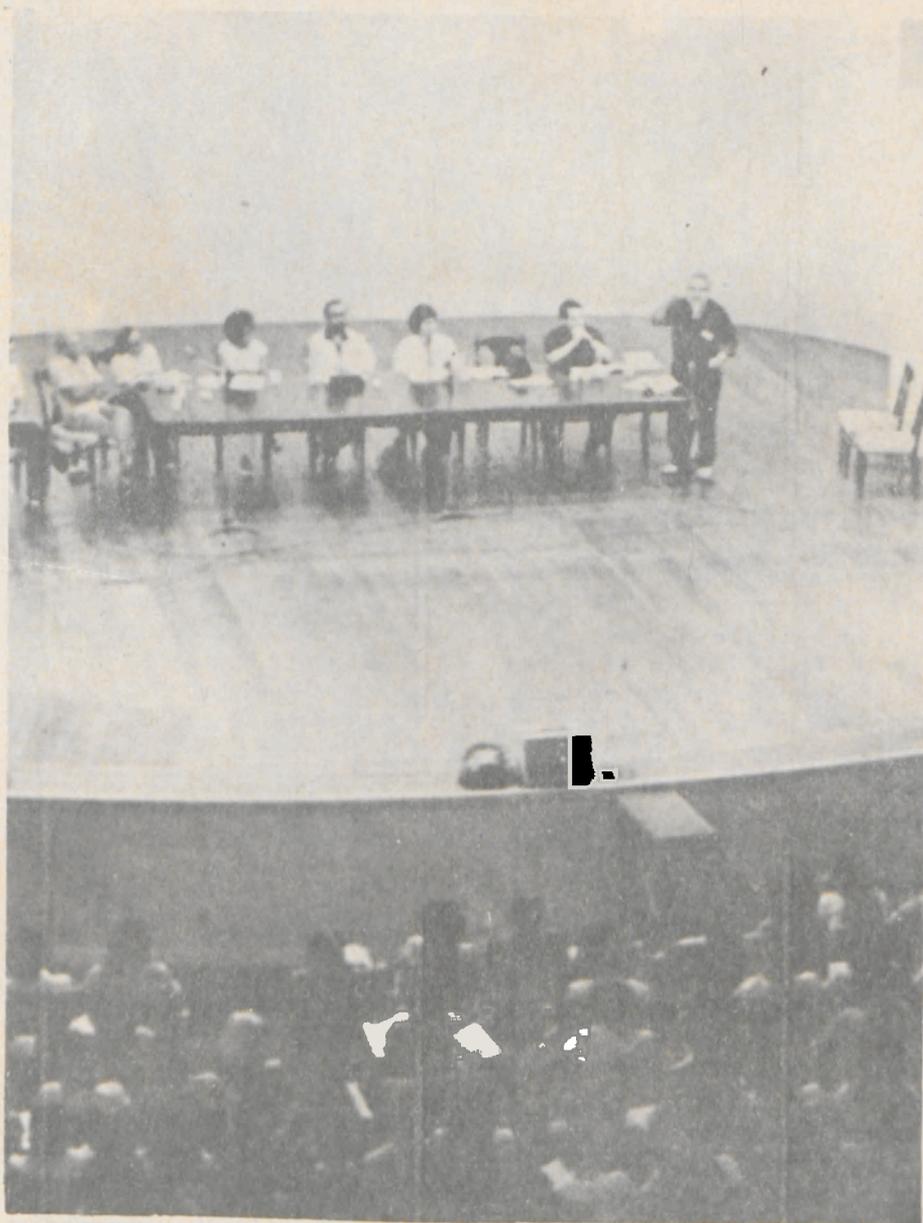
ESTRUTURA — “Dependendo da estrutura universitária, acadêmica ao extremo, já teriam saído todas as pessoas de bom senso”, diz Francisco Márcio Gomes Pinheiro, concluinte do curso de Medicina. Acha ele que “a necessidade do conhecimento faz com que aqueles que hoje frequentam a Universidade Federal do Rio Grande do Norte só permaneçam nela pelo simples fato de estarem em contato com outras pessoas que têm também os mesmos objetivos”. O sexatista de Medicina vê como principal responsável por essa situação “o autoritarismo que impera e impede que as pessoas possam participar da vida universitária, modificando-a na sua estrutura íntima, até que esta estrutura chegasse a corresponder aos anseios da maioria”.

Cursando o último período de Serviço Social, Rosângela Oliveira já se vê às voltas com as dificuldades de mercado de trabalho, e tem uma explicação para isto: “O curso tem muita teoria e pouca prática”, diz ela, destacando que os professores responsáveis pelo lado prático do curso são falhos. Rosângela Oliveira con-

fessa que “fazia uma imagem completamente favorável da Universidade, bem diferente da imagem que tem agora, que está prestes a concluir e se lançar à luta por uma fatia do mercado. Fazendo um paralelo entre os professores secundaristas em oposição aos universitários, Rosângela conclui que os mestres secundaristas têm mais boa vontade de ensinar do que os seus colegas da Universidade, e confessa que para resolver esses problemas, ela vem desenvolvendo um esforço próprio, principalmente para superar as deficiências do curso, pois de outro modo partiria para o exercício da profissão com inúmeras falhas curriculares.

DESISTÊNCIAS — Ex-estudante de Direito, ex-estudante de Ciências Sociais, hoje aluno do curso de Filosofia, o qual concluirá no segundo semestre deste ano, Rubem G. Nunes aponta, como explicação para as duas desistências, respectivamente de Direito e Ciências Sociais, e a permanência em Filosofia, motivos opostos. Nos dois primeiros casos, diz ele, os cursos foram insatisfatórios: não me motivaram nem me convenceram. No último caso, porém, reconhece que não está “desencantado”. “O curso não é o ideal, diz ele, mas temos excelentes professores”. Mas para afastar falsas ilusões sobre o curso de Filosofia, Rubem G. Nunes acrescenta: “O curso começou com 30 pessoas e está, agora, com apenas 7” e vê, em tudo isto, uma forma específica de “desencanto”: o profissional.

Esse desencanto profissional exis-



A sociedade no debate acadêmico: o realismo?

Deficiências e procura em excesso de especialistas

Certas áreas profissionais estão atraindo, atualmente, os jovens mais do que o simples diploma é uma delas é a da informática. O mercado que se está abrindo, segundo levantamento realizado há pouco, é muito diferente do tradicional, mesmo num Estado como o Rio Grande do Norte. Há áreas divergentes se mostrando promissoras — divergentes e conflitantes. Aumentam as perspectivas nas áreas técnicas — não só na informática, como na indústria eletro-

eletrônica e ainda nas indústrias mais sofisticadas — e, ao mesmo tempo, o setor de serviços e de artesanato não perdem os seus atrativos. O setor de serviços, então, acompanha a evolução do próprio desenvolvimento. Segundo os estudiosos do mercado de trabalho a área da prestação de serviços será tão vital como a da automatização.

DESPREPARO — Justamente essas estão, no caso do Rio Grande do Norte, desprovidas de interes-

se. Não há curso regular de turismo, embora seja o turismo a área de serviços com mais futuro no mundo que se está configurando. Muitos jovens têm de ir a Brasília ou Recife quando querem fazer um curso credenciado de turismo. De informática pouco se ouve falar, ainda, embora o mercado para computadores esteja crescendo acentuadamente. As próprias estatísticas do Sine-RN continuam mostrando o desencontro entre os empregos à disposição e os candidatos. Para profissões médias e liberais, há sobra de profissionais. Mas certas áreas especializadas há deficiências. Por algum tempo a Universidade tentou compensar essa defasagem, mas sem êxito. Ainda estamos no País dos hacharéis.



Busca aleatória ao ensino superior

te, diz o estudante Rubem G. Nunes, porque não há mercado de trabalho, daí a turma ter-se reduzido de 30 para 7". Ele admite, porém, que muitos dos seus colegas têm queixas generalizadas a fazer ao modelo de ensino em vigor na UFRN.

"O descontentamento em relação à Universidade está relacionado principalmente pelo total desvinculamento do ensino à realidade nacional". Esta é a opinião de André Pereira, cursando o 6.º período de Medicina. Para ele, a Universidade perdeu o seu papel de instituição "pensante" para exercer uma função de aliciadora de mentes e estigmatizadora de uma ideologia ultrapassada e alienante, calcada numa formação "tecnicista" sem o mínimo de apoio nas bases fundamentais da ética e do desenvolvimento humanístico.

Ressentindo-se de que seu curso não proporcione uma "abertura maior para um mundo mais justo e mais humano", André Pereira conclui com uma nota de melancolia: "Infelizmente a Universidade perdeu o bonde e a esperança".

PONTO DE VISTA DOCENTE — Analisando toda essa questão do ponto de vista docente, o professor Fausto Pinheiro Neto, do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, coloca

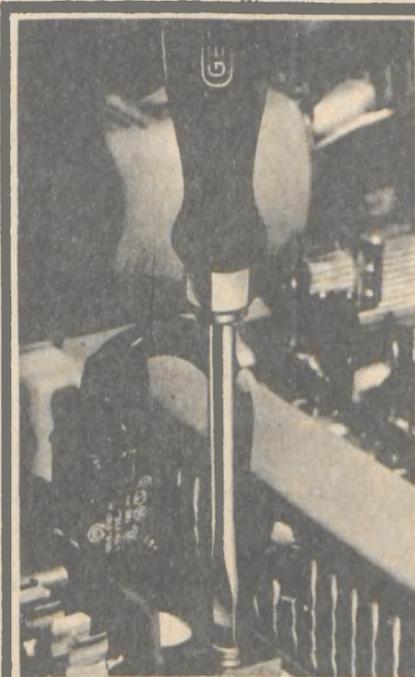
em primeiro plano a questão do mercado de trabalho. "Eu vejo um receio por parte do universitário em não encontrar colocação no mercado de trabalho, daí que ele se sente desmotivado e atribui isso ao baixo índice de ensino". De fato, insiste o professor Fausto Pinheiro Neto, existe uma falta de confiança no mercado de trabalho, pois o universitário vê profissionais desempregados e isso gera motivos de preocupação ao estudante que está deixando a Universidade".

Como forma para atenuar esse problema, Fausto Pinheiro sugere que a Universidade não deveria abrir novo vestibular agora em junho, "para ver se dava para equilibrar o mercado de trabalho".

Quanto às reclamações endereçadas à baixa qualidade do ensino, Fausto Pinheiro concorda apenas em parte. O ensino tem suas deficiências, diz ele, mas há bons professores e, além do mais, mal-remunerados. E lembra que também há carência de material didático, o que contribui para prejudicar a qualidade do ensino. Conclusivo, Fausto Pinheiro afirma ver não uma crise da Educação, mas sim uma crise econômica estrutural que se manifesta e cria raízes na Universidade, mas que vai muito mais além. □



Debates sobre ensino: sem conclusão



Ferramentas para todos os fins

Para um bom serviço, uma boa ferramenta.

Qualidade com o preço criterioso, as melhores marcas com a tradição de quem sempre vende o melhor pelas melhores condições.

Procure no lugar certo a ferramenta que você precisa: Queiroz Oliveira.



QUEIROZ OLIVEIRA
Comércio Indústria Ltda.

Av. Rio Branco, 185 — Fone: 222-2056



DESEMPREGO: O ARTESANATO

UMA DAS SOLUÇÕES

O desemprego, associado ao baixo nível de renda da comunidade potiguar tem sido a maior preocupação do Governo José Agripino. Consciente da importância do artesanato para a economia do Estado, a Secretaria do Trabalho, através do PROART — Programa de Desenvolvimento Artesanato, está elaborando o Plano Diretor de Artesanato do Rio Grande do Norte, que tem como finalidade a identificação e cadastramento de todo o potencial de produção desse setor, além de definir as diretrizes básicas de execução da política artesanal.

Como se sabe, o Artesanato na conjuntura atual se constitui num fator de fundamental importância na economia do Estado.

INCENTIVOS À PRODUÇÃO — Uma das metas principais dessa política é o incentivo à produção, oferecendo-se maior assistência ao artesão, não somente para o aprimoramento técnico da produção, como também, ensejando-lhe uma melhoria no seu padrão de vida.

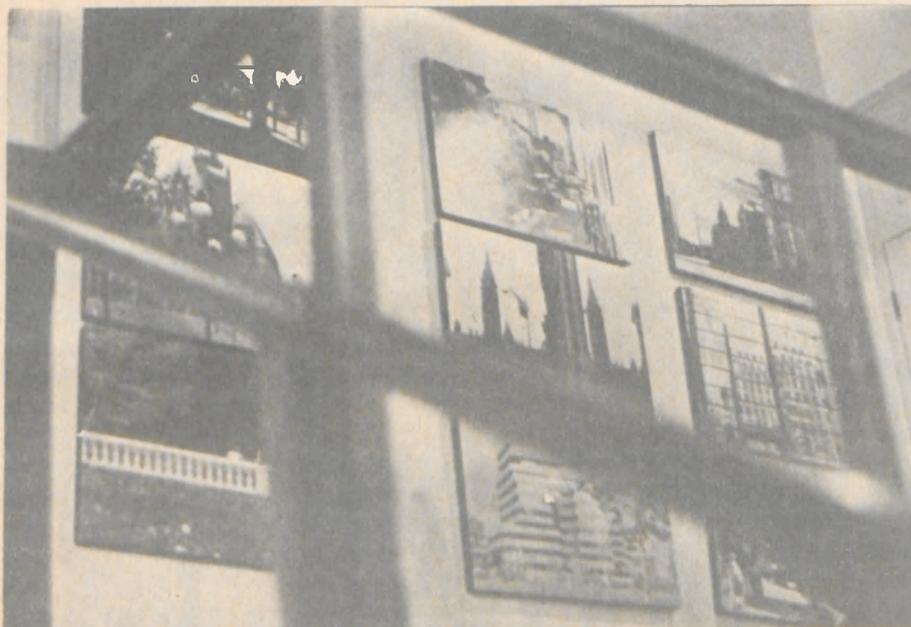
Com isso, objetiva-se a elevação da produção artesanal, aproveitando-se a potencialidade do

Rio Grande do Norte, que abrange uma faixa de produtos comercializáveis, tais como, peças em bordado, sisal, carnaúba, areia colorida, renda, labirinto, fibra de coco e cerâmica, tudo isso fruto da mão-de-obra artística, potencializada ao Estado.

Da mesma forma, procura-se agilizar a comercialização da produção, corrigindo-se os pontos de

estrangulamento. Nesse sentido, a STBS vem mantendo entendimentos com diversas empresas do setor, inclusive, participando de Feiras de Artesanato patrocinadas pelo Ministério do Trabalho, que possibilitam a amostragem dos nossos produtos a um mercado consumidor de maior amplitude, contatos com revendedores nacionais e internacionais.





O trabalho da inteligência rende pouco no RN

COMPORTAMENTO

Produção intelectual: tarefa ingrata e que não recompensa

Apesar do inegável progresso verificado em termos sócio-econômicos, nesses últimos vinte anos, Natal ainda é uma cidade carente de uma infra-estrutura suficientemente elástica para atender às suas necessidades intelectuais. Com efeito, as dificuldades enfrentadas por aqueles que abraçam o trabalho intelectual, sobretudo o literário, não sofreram mudanças profundas nos últimos anos. E o ato de escrever permanece marcado de incertezas, mesmo para aqueles que procuram exercitá-lo como uma atividade regular, sem fins materiais.

Quem quer que já tenha tentado publicar um livro em Natal ultimamente, ainda que de tiragem reduzida e de poucas páginas, sabe das dificuldades que obstaculizam essa tarefa. Deve-se a isso o surgimento, de alguns anos para cá, de um tipo de publicação alternativa, mais conhecida como "marginal", de impressão em mimeógrafo e que se caracteriza pelos seus baixos custos e pela carência de recursos técnicos.

LUGAR OCUPADO — Essas publicações "marginais" já ocupam um lugar de relativo destaque em nosso meio editorial, na medida em que atende a interesses daqueles que não

podem arcar com o ônus de uma publicação em off-set. Entretanto, são grandes as desvantagens de uma edição-mimeógrafo. Como coloca o livreiro Carlos Lima, de Clima Artes Gráficas: "Você tem a impressão de que não está com um livro na mão, pois o livro perde cerca de 70 por cento, em termos visuais". E a poetisa Josimey Costa, autora de "Casa de Penhores", recém-lançado pela Editora Universitária, vê na edição mimeografada apenas "uma solução provisória, até que você possa realmente publicar numa editora".



Poucos dão valor à cultura

Embora hoje em dia já se possa falar, em Natal, de uma geração "mimeógrafo" ou "marginal", sobretudo da parte de jovens poetas ávidos de publicar seus trabalhos, ainda que com sacrifício do aspecto visual, a aceitação desses trabalhos continua sujeita a severas críticas e a restrições de toda ordem.

ESQUEMA BUROCRÁTICO — Outra alternativa que resta ao escritor natalense é conseguir "furar" o esquema político-burocrático das instituições oficiais de cultura, responsáveis pela maior parte dos livros publicados no Estado, quer através de recursos próprios, quer mediante convênios com editoras particulares e/ou organismos federais. Destacam-se, entre essas instituições, a Fundação José Augusto, ligada ao Governo Estadual e a Editora Universitária, órgão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

É de notar o caráter nitidamente político dessas duas instituições culturais, como revelam alguns dos principais escritores potiguares.

Poeta ligado aos principais movimentos de vanguarda dos anos sessenta, autor de "Contra-Canto", prêmio de Poesia da Fundação José Augusto, e hoje trabalhando numa peça enfocando a figura de Jorge Fernandes, Jarbas Martins não esconde sua insatisfação com as instituições de cultura de nossa cidade.

— Os principais responsáveis pela política cultural do Estado, constituem comissões editoriais sem maiores critérios, procurando justificar apenas interesses, muitas vezes, pessoais, dos que dirigem essas instituições. E citando exemplos, diz Jarbas Martins: "A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujo poeta mais editado é o próprio reitor Diógenes da Cunha Lima". Quanto à Fundação José Augusto, assinala que "a recém-fundada Comissão de Editoração (Comed), da qual fiz parte, é composta de nomes como o sr. Paulo Macedo, cronista social, cuja única explicação possível para tomar parte nessa comissão seria, naturalmente, a publicação de notinhas sociais de que são sequeiros certos círculos intelectuais".

Pensamento análogo parece compartilhar o poeta e teatrólogo Racine Santos. Na sua opinião, "o escritor norte-riograndense, o verdadeiro escritor" — enfatiza ele — "enfrenta uma grande dificuldade, uma grande barreira, mesmo, que é o compatriota. As editoras oficiais, e particu-

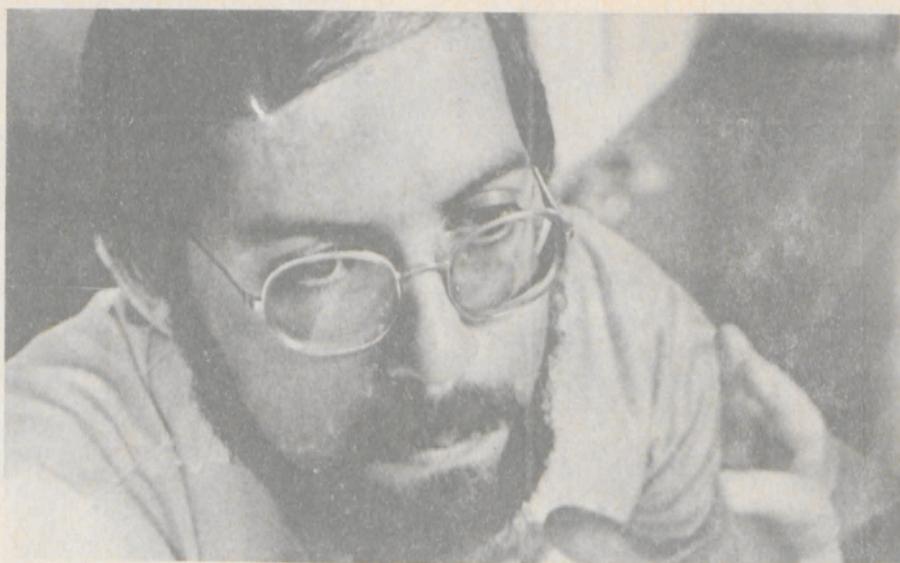
lares do Estado” — afirma —, “publicam mais autores «consagrados» e «amigos» que fazem parte da **panelinha** do Estado, do que os valores reais do nosso meio”.

INVESTIR NOS VALORES — Exemplificando, Racine Santos indaga: “Quem publicou Eulício Farias de Lacerda, que é o maior escritor do Estado? — Ele teve de publicar fora, observa, porque ninguém lhe deu atenção. E faz uma recomendação: “É bom que se conscientizem os órgãos oficiais e as editoras particulares, de que é preciso investir nos reais valores e não nos que são simplesmente amigos, porque isso seria um crime cultural que a história não perdoa”.

O poeta e editor Francisco Alves, com larga experiência à frente da Gráfica Manimbu, da Fundação José Augusto, e hoje com negócio próprio à frente da Gráfica Maturi, acha o mercado editorial natalense “muito parado”. E esclarece: “Está parado a partir das instituições, que deixaram de editar ou estão editando material de interesse de grupos descomprometidos com a cultura do Estado”. A respeito da Fundação José Augusto, é incisivo: “Está praticamente falida”, e confessa que desconhece que livros (se alguns) estão sendo editados pela Editora Universitária.

Quanto à sua própria editora, a Maturi, «Chico» Alves frisa que se trata de uma empresa recente (fundada em meados do ano passado) e que, em vista disso, ainda está engatinhando em busca de seu espaço próprio no nosso meio editorial. Adianta, porém, que está com quatro obras no prelo: um romance ainda sem título de Alex Nascimento; os «Poemas Bêbados», de diversos autores; «A Loucura», de Maurílton Moraes e «Por que não casa, doutor», reedição do romance de José Bezerra Gomes.

DISTRIBUIÇÃO — Já o escritor, contista e pesquisador, Manoel Onofre Jr., autor, entre outras obras, de um «Breviário da Cidade de Natal», «A Primeira Feira de José» (contos) e «Salvados», obra de crítica, pensa que o problema enfrentado pelo autor potiguar não é tanto o de publicação, mas o de distribuição da obra. E dá uma sugestão: “As editoras locais devem editar o livro e não limitar sua distribuição ao Rio Grande do Norte, mas fazer o livro circular em todo o País, inclusive propagando-o nos grandes centros como o Rio de



Racine: quem publica?

Janeiro e São Paulo”. Nesse ponto, assinala Onofre Jr., o regime de condições da Fundação José Augusto é um passo muito positivo, porque através dessas editoras conveniadas o livro é distribuído eficientemente”.

— A título de ilustração, diz ele, eu tive há 15 dias atrás em Curitiba (Paraná), a satisfação de ver numa das principais livrarias daquela cidade, a obra «A Biblioteca e seus habitantes», de Américo de Oliveira Costa, num local de destaque da livraria”.



Nilson: atividade regular

Autor de dois livros: «Vão de Pásaro» (crônicas) e «Ferreira Itajubá» (estudo biográfico), Nilson Patriota, atualmente trabalhando numa novela já em fase de conclusão, vê a literatura no Rio Grande do Norte como “uma atividade regular, não-profissional, exercida por poucos”. No seu caso pessoal, todavia, não enfrenta grandes problemas para publicar seus trabalhos, mas admite que entre os novos escritores, as dificuldades

são inúmeras, desde o acesso à editora, a publicação, e a divulgação dos livros, devido principalmente às pequenas tiragens. Mas confessa que nada tem a reclamar a esse respeito, graças ao bom relacionamento que mantém com escritores de outros Estados, o que facilita a divulgação dos seus livros.

VAI PIORAR — Analisando o problema do ponto de vista editorial, Carlos Lima, livreiro de marcante atuação no ramo de publicações em Natal, graças a um vasto parque gráfico que dirige, reconhece que o momento é de dificuldades e que “vai piorar cada vez mais, por conta da inflação, e da maxidesvalorização do cruzeiro, que tornaram o sistema offset quase impraticável”. — Os filmes, os produtos químicos e as chapas de impressão, observa Carlos Lima, elevaram a níveis insuportáveis o preço final do produto livro. Como exemplo, cita o caso de um livro médio, de 100 páginas, com tiragem de mil exemplares, que está custando a preços de hoje, em torno de Cr\$ 700 mil, só acessível aos ricos.

Para Carlos Lima, só há uma maneira de sanar o problema da publicação de livros no Estado, que é o apoio decisivo do Governo, doutro modo, prevê ele, haverá ainda este ano uma redução de 50 por cento nas publicações de obras de autores potiguares. Em sua opinião, o livro está se tornando um produto essencialmente burguês, por isso, destaca, apesar do abrandamento da censura o problema não se resolveu, pois existe uma coisa muito pior: o preço do livro, que “não deixa de ser uma forma de censura”, já que o povo deixa de ler, conclui Carlos Lima. □



Situação nos hospitais, segundo Filgueira, tende ficar pior

SAÚDE

Filgueira vê novas ameaças para médicos e atendimento

O presidente da Associação de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte, médico Antônio Filgueira, dá um alerta: a forma como está sendo conduzido um plano do Governo Federal para modificar o atendimento no setor, denominado de "Reorientação da assistência à saúde no âmbito da Previdência Social", além de não dar certo, prejudicando ainda mais a qualidade do atendimento, poderá ter desdobramentos indesejáveis para o profissional da saúde, causando desemprego em massa e, o pior de tudo, facilitando a presença multinacional nessa área, que ele até considera como de segurança nacional.

Referindo-se ao assunto, disse Filgueira, demonstrando toda a sua preocupação: "Nós entendemos, como representante de classe e como médico, que o projeto em implantação é uma medida estatizante dentro de um país capitalista, que trouxe um impacto não só em termos profissionais, mas também para a população brasileira". Detalhando, disse que trata-se de uma mudança muito brusca no âmbito da Previdência, es-

pecialmente porque cria um paradoxo: busca-se a melhoria do atendimento com a redução da disponibilidade financeira para essa finalidade, conciliação difícil de ser conseguida, adverte.

UMA INSIGNIFICÂNCIA — Suas críticas à proposta iniciam-se a partir da observação de que países desen-

volvidos, como Estados Unidos e Alemanha, gastam cerca de nove por cento do produto interno bruto com a saúde, enquanto aqui, esse total limita-se a 2,3 por cento do produto interno bruto, cifra que considera uma insignificância, dadas as proporções que o problema assume, a nível nacional.

Filgueira estendeu as suas observações aos problemas criados à comunidade médica, com a implementação dessa reforma, dizendo: "A parte mais grave é a parte hospitalar. Quanto a essa, eu prevejo incalculáveis prejuízos, não só para a comunidade em si, que deixou de ter um tratamento hospitalar regular, para ter um atendimento péssimo". E mais:



Leitos: o problema de sempre

“Enquanto a Organização Mundial de Saúde recomenda cinco leitos por cada mil habitantes, este projeto estabeleceu 2,3 leitos por cada mil beneficiários da Previdência Social, o que elimina os que não contribuem para com a Previdência”.

Ainda enfatizando a gravidade do problema, disse que, enquanto a intenção do Governo é universalizar o atendimento médico, ou seja: todo brasileiro ter direito a atendimento médico, independentemente de contribuir, ou não, com o sistema previdenciário, o que se vê é a redução de internações, cumprindo a Portaria 062/82, para diminuir as despesas médicas, que até então absorviam 30 por cento da arrecadação do IAPAS, caindo atualmente para 21 por cento, numa diminuição drástica, segundo entende.

DEZ MIL LEITOS — A seguir, analisou os desdobramentos da reforma no plano profissional, informando que o desemprego “aumenta dia-a-dia”, com os hospitais dispensando quadros, numa situação que já começa a preocupar a categoria, em todos os segmentos, que vão desde o simples atendente, até a enfermeira mais categorizada e, proximamente, quem sabe, atingindo também o cirurgião mais competente.

Citando números, lembrou que no Estado há dois milhões de habitantes, o que exigiria a disponibilidade

de dez mil leitos hospitalares, caso se quisesse cumprir as determinações da Organização Mundial de Saúde. Na verdade, registra-se um total inferior a cinco mil leitos hospitalares, cifra preocupante, insiste Filgueira. Mais adiante, voltou a referir-se ao problema vivido pela categoria dos profissionais da saúde, e revelou que pelo menos mil pessoas já estão desempregadas em Natal, em virtude das retrações ao atendimento, o que provocou a queda de receita dos hospitais.

Afinal, chamado a manifestar-se quanto à presença multinacional na área médica, disse que o capital estrangeiro vem tentando insistentemente firmar-se no País, citando casos como o de Minas Gerais, onde a tentativa quase se consolidou. Detalhando, comentou que, qualquer hospital indo à falência, será uma presa fácil à aquisição multinacional, fato que, diz, vicia seriamente a atuação médica e cria problemas sérios a toda a classe.

Filgueira fez questão de fazer um apelo à união de todos em favor da preservação da qualidade do atendimento médico, convocando não só os colegas, mas também à comunidade em geral, classe política, para que, juntamente com o Governo, venha a reforma do atendimento médico a ser debatida em profundidade, a fim de que todos venham a ter uma medicina comprometida com os problemas nacionais. □

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan “pensou em construir, pensou na Saci”, já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa “na hora de construir, pensam na Saci”. E, se você vai construir, pense também na Saci.

PARA COMPRAR PEÇAS FIAT VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DO ALECRIM. SVEL ABRIU SUA FILIAL



Peças genuínas Fiat, você agora pode adquirir no centro do bairro do Alecrim, num local de fácil acesso. Próximo ao cruzamento da Presidente Bandeira com a Olinto Meira foi inaugurada a primeira filial da Savel.



SAVEL. SALUSTINO Presidente Bandeira, 737
VEÍCULOS LTDA. Alecrim — Tel.: 223-1551
Natal-RN



Matriz: Rua Pte. Bandeira, 828
Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Filial: Av. Rio Branco, 304 / 310
Tels.: 222-2284 / 3367

Em meio a feira de amostras que recebeu o nome de **Semana do Canadá**, apresentada no Centro de Cultura em maio, pelo menos a exposição de gravura esquimó merece destaque. Pelo alto nível gráfico, pela imaginosa fabulação e, sobretudo, pela extraordinária sensibilidade desse povo que vive no Cabo Dorset e que começou a fazer gravura, em 1959, sob a orientação do artista James Houston, representante dos Assuntos do Norte do Canadá.

Lembro-me que uma das grandes alegrias de minha vida foi descobrir, em 1974, numa das salas do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, uma exposição pequena e bem organizada, mostrando a produção artística de Kenojuak, Pudlo, Kananginak, Pitseolak, Lucy, Jamasie, Kiakshu e Eegyvudluk, todos, artistas esquimós. Lá deparei-me, encantado, com a famosa Coruja de Kenojuak, de um dionisíaco fecundante, que projetou o seu nome internacionalmente e colocou o Canadá, na comunidade mundial, ao lado de outros países importantes pela qualidade de sua arte, especialmente de sua arte popular, como a Iugoslávia, por exemplo. Hoje essa Coruja é, sem dúvida, um símbolo do próprio Canadá, país que vem cooperando, inclusive na área cultural, com o Rio Grande do Norte e que tem aqui, na figura querida de Jean Posadzki, uma espécie de "embaixador" sentimental de sua terra distante.

A Embaixada do Ca-

nadá, em convênio com a Fundação José Augusto, trouxe para Natal o concerto de heterogêneas sensibilidades, cuja nota mais harmoniosa e cristalina, de inesquecível timbre, ficou por conta do talento dos gravadores esquimós, povo antigo e fabuloso, que deixa para a posteridade, através de uma arte onírica, o testemunho de sua radicular sensibilidade.



Kenojuak: Coruja

AMISTOSO CONVÍVIO — Embora a pintura seja anterior à Política, no Rio Grande do Norte a Arte não tem gozado de muito prestígio nesses anos todos. Escorçada da vida da comunidade, por políticos alheios a certos refinamentos do espírito, nunca se valorizou, de fato, a arte produzida no Estado. E o artista, até hoje, continua a ser tão somente um simpático marginal.

Num gesto amistoso que se opõe frontalmente ao costume em vigor em Natal, o professor Lauro Melo, de 35 anos,

resolveu abrir as portas do Palácio Padre Miguelinho, onde está instalada a Câmara Municipal, para eventos culturais, num gesto muito simpático que repercutiu entre os artistas da cidade.

Lauro Melo, que antes de entrar para a política exerceu o magistério, tendo lecionado História da Arte na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, acredita que o progresso material não

trunfos de uma só vez: reunir a Arte e a Política num mesmo espaço e criar opções para uma vida cultural que se resente da falta de imaginação que parece caracterizar a administração pública no Estado.

E para começar, pois o professor Lauro Melo resolveu transformar o pensamento em ação, tivemos ali, durante o mês de maio, uma mostra individual do artista Carlos Humberto Dantas. Improvisada, mas assim mesmo repleta de bons presságios.

DUAS VEZES ZILA —

De uma só vez Zila Mamede foi premiada com a direção da Biblioteca Câmara Cascudo e com um lugarzinho confortável no Conselho Estadual de Cultura, de onde saíra o ano passado por determinação do ex-Governador Lavoisier Maia.

A Biblioteca Câmara Cascudo não representa novidade para Zila Mamede, que foi uma das primeiras diretoras daquela Casa, tradicionalmente dirigida por mulheres. Foi de lá que Zila Mamede saiu para o Instituto Nacional do Livro e para a glória de um convívio literário com os nomes mais expressivos da **intelligentsia** brasileira.

Presta o Governador José Agripino Maia uma homenagem à Cultura norte-riograndense, ao reconduzir ao Conselho Estadual de Cultura essa que é, justamente com Myriam Coeli da Silveira, a voz feminina mais importante de nossa poesia. E dos raros intelectuais potiguares com projeção fora dos nossos limites geográficos. O fato de retornar ao Con-

selho Estadual de Cultura, nada acrescenta à glória de Zila Mamede. Mas a sua presença luminosa confere indiscutível relevo ao Conselho, que, nesses anos todos, tem sido apenas um clube fechadíssimo, inacessível a menores de trinta anos.

No Rio Grande do Norte, Cultura é sinônimo de mofo e ancianidade. Por que?

HOMENAGEADA DE ABRIL — É a descontinuidade o fantasma que persegue, em Natal, os programas culturais. E dessa ameaça, que desmoraliza as melhores propostas, nem mesmo a Pinacoteca do Estado, instalada no Centro de Cultura, consegue escapar. Assim, a homenagem à pintora Maria Antônia do Santíssimo, que deveria ter se realizado no dia 18 de abril, segundo o organograma traçado pelo crítico Franklin Jorge, foi transferida para maio. Os motivos são habituais: os catálogos não ficaram prontos e, sem eles, não teria sentido a homenagem. Como o público iria conhecer a vida da artista, falecida em 74 em São Vicente, no interior do Rio Grande do Norte, aos oitenta e três anos?

A homenagem dá continuidade ao programa **O Quadro do Mês**, iniciado em março com a obra do artista João Epifânio da Silva, também falecido. Visa aproximar das novas gerações as criações de artistas norte-riograndenses que, por uma razão qualquer, tornaram-se inacessíveis ao grande público.

Maria Antônia do Santíssimo, reconhecida na-

cionalmente "como uma das mais autênticas pintoras populares do Brasil", mereceu, em 66, um pequeno ensaio biográfico, assinado pelo crítico Iaperi Araújo. Fez parte, em 73, da representação do Brasil na Trienal de Pintura Primitiva, no gênero, a mais importante do mundo, realizada em Bratislava, Tchecoslováquia. A Fundação José Augusto criou um prêmio com o



Santíssimo: desenho de Diniz Grilo

nome da artista, hoje desativado, o que somente confirma a falta de perseverança do nosso povo.

Em junho (talvez), **O Quadro do Mês** vai focalizar a vida e a obra do pintor Moura Rabello.

COMPETÊNCIA DESUSADA — Algum dia, quando a política cultural em vigor no Rio Grande do Norte se profissionalizar (e para tanto se faz necessário compreender, de início, que não adianta publicar desordenadamente qualquer autorzinho que apareça com um livro de-

baixo do braço e um cartão de recomendação, quando não se leva na devida conta a importância da divulgação da obra publicada), não tenho dúvidas, o ficcionista Eulício Farias de Lacerda será um nome de projeção nacional.

Com Eulício Farias de Lacerda, que estreou há dez anos com a desconcertante novela **O Rio da Noite Verde**, ainda sob o impacto desse extraordi-

bem: superando a tradição que tem procurado inutilmente apresentar como sucedâneo da própria realidade, um desgastado clichê de tipos e anedotas folclóricas. **O Rio da Noite Verde**, tenso monólogo de um eretômico, transcende seus próprios limites espaciais, opondo, a um tempo, esses dois mundos sinuosos e sinistros, o da realidade e o da imaginação.

Eulício Farias de Lacerda, mais próximo de Cornélio Penna do que de José Lins do Rego, trabalha as paixões humanas. Cultor, aqui, do chamado fluxo da consciência, pertencente à mesma família espiritual de Virgínia Woolf e James Joyce, Eulício Farias de Lacerda volta-se, não para o homem urbano e para o pequeno burguês "com seus pequenos porquês", no dizer do poeta Paulo Leminski, mas para o rurícola, vergastado pelas intempéries do tempo, às quais se acrescentam, num lance de tragédia grega, as dúvidas e as tensões psicológicas mais íntimas e dolorosas que perseguem o homem de ontem e de hoje, independentemente de classes sociais.

Os Deserdados da Chuva (Editora Universitária/UFRN, capa de Socorro Trindad/André Silva e ilustrações de Carlos Humberto) é um pequeno mas denso volume de contos, escritos com rara competência e animados, do primeiro ao último texto, por um sopro de humor, ainda que amargo e sutil.



Eulício Farias

FRANKLIN JORGE



A Associação Comercial inteiramente revitalizada

ENTIDADES

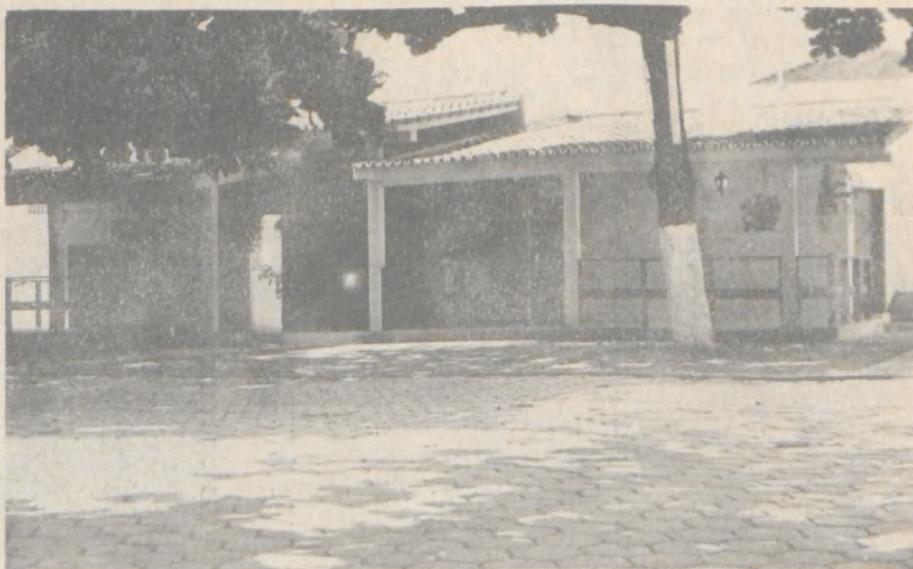
Associação Comercial segue por uma fase de mais atuação

Em sua nova postura, a Associação Comercial do Rio Grande do Norte está adotando práticas típicas do empresariado comercial, a nível interno. Não com vistas ao lucro, como é evidente. Mas para melhor se situar dentro do contexto atual e encontrar posicionamento que lhe permita servir como pólo de aglutinação para uma classe decidida a participar de forma mais ativa nas discussões sócio/econômicas. Não há contrassenso nessa estratégia. O atual presidente, Airton Soares Costa, simplesmente tomou providências para reformar completamente a estrutura física do antigo e belo prédio que serve de sede à Associação — o Palácio do Comércio, na Avenida Duque de Caxias, Ribeira — para criar condições de atrair para lá algumas entidades de classe. É uma maneira de, como nota Airton, procurar reunir as entidades num agrupamento onde existe estrutura capaz de lhes dar respaldo em seus pleitos.

das cercadas de várias providências complementares. Assim é que a Associação Comercial fortaleceu e ampliou também o seu Departamento Jurídico, ação natural num momento de ampliação do seu leque de atividades. Um leque que se amplia natu-

ralmente com a presença, no prédio da Associação, de novas entidades com representações fixas, como a Associação de Reflorestadores, Associação de Enfermagem, Associação de Fabricantes de Móveis de Madeira, além da Câmara de Sisal que já está lá e, dentro em breve, o Sindicato Varejista de Produtos Farmacêuticos.

O funcionamento desses Sindicatos num único local proporciona o estreitamento natural dos contatos entre diversos setores e dos seus empresários. E ocorre também, segundo Airton Soares, como resultado, “a maior integração, ou interação, entre os empresários”.



NOVA ESTRUTURA — São medi- O bar para os empresários

— Disso também tem resultado encontros, debates, posicionamento, enfim, o confronto mais frequente de idéias — salienta o presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte.

ENCONTROS SEGUIDOS — Essa movimentação em torno dos propósitos e das novas atividades da Associação Comercial está criando um clima mais efervescente na classe. Esse clima tornou possível a implantação de um bar executivo, onde os empresários se encontram todas as semanas para as discussões dos problemas mais urgentes da atual conjuntura, troca de idéias, onde, é evidente, o tema central é a crise generalizada. A partir desses encontros sociais, se generalizam os encontros em torno de temas mais sérios, criando-se o hábito dos contatos mais estreitos para a sedimentação da união da classe.

Airton Soares acha que a frequência ao bar executivo é razoável:

— Mas pode ser bem melhor — arisca.

Mesmo assim, os planos ainda estão no começo. Desses encontros e do desejo de participação desenvolvem-se outras idéias, outras propostas inclusive a de ser iniciada uma série de foruns e encontros de nível estadual.

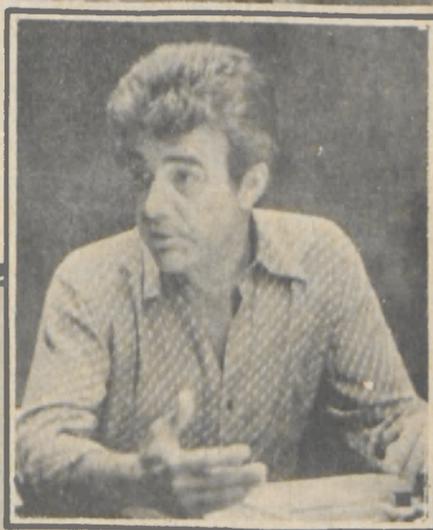
Essa animação, no entendimento do próprio Airton, é muito saudável. E, segundo sua disposição, não se trata de uma disposição passageira. É uma meta que ele diz vir perseguindo, inclusive descendo a detalhes como o da reforma e restauração completa do velho e imponente Palácio do Comércio, símbolo do empresariado comercial do Estado. □



O prédio serve também para alugar salas

Busca ao diálogo, a preocupação

Não é só a Associação Comercial do Rio Grande do Norte que vem expressando determinação de maior participação nas decisões políticas e de atuação mais desenvolvida em áreas diversas da sociedade. As Associações, de um modo geral, quer profissionais ou de classe, no Rio Grande do Norte, têm marcado suas posições de modo mais definido nos últimos cinco



anos. O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra, por exemplo, tem deixado patente essa disposição em inúmeros pronunciamentos, inclusive no último, feito por ocasião da passagem do Dia do Trabalho. O líder empresarial procura vincular o social, o político e o econômico, dentro de um contexto participatório

dinâmico e abrangente.

MAIS DIÁLOGO — O que tem resultado disso tudo é um maior diálogo entre os diversos segmentos produtivos da sociedade. E com grandes vantagens para a paz social. Um empresário local definiu bem essa conjuntura como própria dos tempos de abertura política; outro vai um pouco mais adiante: acha que essa postura surge em razão do próprio “conflito social subjacente em várias dificuldades”. De uma forma ou de outra, o ciclo participativo está formado e engloba setores diversos, todos dispostos a trocar idéias, ir ao debate, procurar soluções em comum.

Situação econômica teve a sua influência até na greve

A greve dos professores, que durou pouco mais de uma semana e perturbou a vida do sistema de ensino estadual, na segunda quinzena de abril, foi, em dose menor, a crise trabalhista que o Governo José Agripino enfrentou, similar a do Governador Franco Montoro, em São Paulo. Mas, ao contrário do Governador paulista, o do Rio Grande do Norte agiu com firmeza desde o primeiro momento do movimento e o fez recuar. Vitória do Governo e derrota dos professores secundaristas do Rio Grande do Norte, agrupados na Associação dos Professores?

O presidente da APR acha que não. O Governo também não procurou glórias como o que poderia ser uma vitória exemplar. E quem perdeu e quem ganhou? Tudo, na realidade, parece ser apenas mais um dado da crise econômica que atravessa o Estado.

SEM DINHEIRO — Em lugar de cantar vitória, o Governador José Agripino apenas insistiu na sua posição, apresentada desde os primeiros entendimentos com as lideranças dos professores: a reivindicação dos professores é justa — igualdade com o dos municípios, em termos de crité-



Professores no Palácio: diálogo difícil

DESEMPREGO, PREOCUPA

O professor Aluísio Machado, do curso de Recursos Humanos a nível de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com atuação em empresas privadas, atualmente integrando a equipe de executivos das Confecções Guararapes, além de ligações em órgãos formadores de mão-de-obra como Senai, Senac, Pimoi, prestou o seguinte depoimento à **RN/ECONÔMICO** sobre o problema de desemprego:

Desemprego — “É realmente preocupante a situação de desemprego no Brasil, onde somente no trimestre primeiro deste ano já ultrapassamos os índices de todo ano anterior, resultante de reflexos de uma política econômica duramente afetada por variáveis internacionais especialmente o petróleo, os juros dos empréstimos externos e, mais recentemente as regras do FMI cujo reflexo final traduz-se em desaceleração da economia, onde quem mais vem a sofrer são as empresas e o povo em geral.

Como as empresas reagem a essa recessão? — A primeira medida, como consequência da natural

queda das vendas, é a redução da produção e a demissão dos empregados excedentes. Efetivamente o custo de mão-de-obra é um dos menores no painel de itens do custo do produto final, no entanto as empresas que seguraram seus empregados em situações anteriores de menor gravidade, hoje não têm mais condições para tal, devido o excessivo número de impostos e contribuições mensais, cuja listada é progressivamente aumentada pelo Governo, aumentando sobremaneira os preços de mercado dos produtos, o que retrai a procura.

Em que pontos essa crise afeta os acordos coletivos salariais? — O ponto focal dos acordos coletivos de trabalho é a questão salarial, apesar de ser parte integrante de seu conteúdo, outros itens como horário, compensação de jornada, quinquênio e etc. Assim, pelos acordos que participamos recentemente e mais as notícias veiculadas nos jornais, podemos observar maior compreensão das partes litigantes no que tange aos índices de produtividade a serem oferecidos, numa prova que todos estão compreendendo a situação e não querem agravá-la.

Dê exemplo de uma dessas situações? — A renovação do acordo coletivo entre confeccionistas e o Sindicato dos Alfaiates e Costureiras Industriais neste Estado foi procedido nas mesmas bases do documento do ano anterior com a aplicação do novo INPC e dos mesmos índices de produtividade de 1982, garantindo tranquilidade para um tipo de atividade que congrega um dos maiores contingentes de força de trabalho.

Que fazer para solucionar ou minimizar essa situação? — O grande estabelecedor de programas e diretrizes nacionais é o Governo Federal a quem cabe a responsabilidade de, utilizando todos os meios ao seu alcance, criar mecanismos de geração de empregos. A medida mais recente neste sentido é a destinação de 250 bilhões de cruzeiros em programas que a curto prazo gerem empregos.

Em nossa opinião estes incentivos deveriam ser dirigidos em favor das micro e pequenas empresas e as da construção civil que respondem de forma mais imediata sem muita burocracia essa absorção da força de trabalho.



rio de pagamentos de salários — mas o Estado não dispõe de recursos para atendê-la. E foi firmado nessa posição que, quando os professores decretaram a greve após terem entregue o documento contendo suas reivindicações, não cedeu, terminando por recorrer à lei para poder fazer as aulas voltarem ao normal.

Já Antenor Azevedo, presidente da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, também não acha que a greve foi perdida. Ele disse a **RN/ECONÔMICO** que a classe não quer ganhar mais dinheiro, nem ter mais privilégios do que os outros funcionários do Estado. E que, apesar da greve ter sido suspensa, numa aparente derrota, a “luta vai continuar”.

Essa, por sinal, tem sido a sua frase preferida, desde que os professores retornaram às salas de aula após uma assembléia pouco concorrida da classe.

E A OPOSIÇÃO — O mais curioso

na greve dos professores é que, por momentos, Antenor Azevedo foi tomado como “radical”. Ironia das lutas de classe e da situação econômica atual, onde ninguém pode situar com certeza as posições. O atual presidente da APR foi um opositor acirrado do ex-presidente da entidade, Manoel Barbosa de Lucena e, quando ganhou a eleição, muitos professores acharam que ele ia pôr todo o trabalho a serviço da Secretaria da Educação. Houve até esboço de um movimento separatista, com a finalidade de criar uma entidade paralela. Mas esse movimento fracassou e, Antenor Azevedo, com o passar dos dias, terminou se tornando um líder combativo e que, por ocasião da greve, manteve-se firme mesmo nos momentos mais dramáticos e incertos.

Tanto assim que prossegue afirmando que a luta contra a pressão da Secretaria e pelo interesse dos professores “vai continuar”. □

ÇÃO VITAL NO PROCESSO

Construção civil? — Exatamente. O ministro Myrilo Macêdo inclusive teve a idéia e divulgou pela imprensa nacional a necessidade urgente da construção de conjuntos habitacionais para as classes mais pobres, o que absorveria mão-de-obra desempregada, sem grandes problemas para estes no que se refere a pré-requisitos qualificacionais. O Governador José Agripino além de acasalar esta idéia pretende pioneiramente instalar um Banco do Material da Construção, onde seriam vendidos materiais básicos a preço de custo, para projetos de reforma, ampliação ou construção individual de sua casa própria, cuja iniciativa seria geradora de uma miríade de pequenos núcleos de empregos, tudo através da Secretaria de Indústria e Comércio.

E o salário-desemprego? — Sou favorável não somente ao salário-desemprego como também ao seguro-desemprego, ambos não se constituindo novidade pois são amplamente usados nos países desenvolvidos. No primeiro caso o valor salarial seria arbitrado num percentual sobre o salário mínimo regional e, necessariamente, infe-

rior a este, acompanhado de salvaguardas do sistema como cadastramento dos beneficiários, em agências de emprego que permanentemente tentariam reconduzi-los ao mercado de trabalho. Tudo isto com recursos do Finsocial, como indica o próprio nome.

O seguro-desemprego teria o caráter voluntário, uma opção dos atuais empregados que inclusive escolheriam o nível de seguro pretendido, tudo feito através do Sindicato da classe e descontos via empresa.

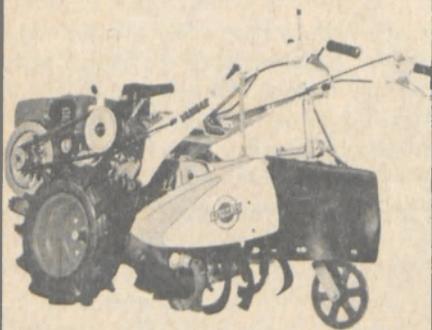
Este tipo de salário ou seguro-desemprego não acomodaria? — Acreditamos que não pois o salário-desemprego, além dos mecanismos para reingresso dos seus participantes no mercado de trabalho, onde a simples recusa a um novo trabalho cancelaria seus direitos, seria por tempo determinado. Quanto ao segundo, o seguro-desemprego não preocupa porque é um sistema voluntário a ser utilizado pelos atuais empregados onde os descontos mensais serão tanto maiores quanto a fixação do valor-seguro e tempo que se pretende segurar após o desemprego, e mais os interstícios entre os refe-

ridos períodos para que não se faça uma indústria do desemprego.

Qual o papel dos órgãos formadores de mão-de-obra nessa recessão de empregos? — Dirigirem os programas de treinamento a realidade de mercado de trabalho, através dos chamados cursos operacionalizantes, eliminando vultosos recursos em cursos inúteis, incluindo-se entre estes todos aqueles que não tornam os participantes aptos para o trabalho ou aptos para um melhor desempenho no trabalho. Fugir desta realidade, hoje, significa não contribuir para solucionar a crise e até um ato impatriótico. Depois que voltem os cursos de Liderança.

Como concluiria? — Com grande esperança de que o Governo Federal e todos os brasileiros consigam sair desta crise, que não é privilégio do Brasil, e possamos voltar a normalidade através de um crescimento lento e ordenado que nos isente de futuras recidivas e que toda constelação de fatores da economia nacional passe a funcionar com auto-suficiência sem a necessidade de remédios como agora se procura aplicar.

Na Comercial José Lucena tecnologia a serviço da agricultura



Na qualidade de amigo do agricultor, a Comercial José Lucena, através de máquinas, motores e bombas, ajuda e facilita a vida do homem do campo.

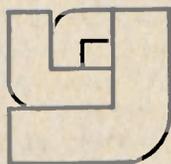
- Orientação • Assistência técnica • Orçamento sem compromisso.

Aproveite a promoção de venda do MICRO TRATOR YANMAR — mais um modelo para proporcionar-lhe escolha da máquina adequada para suas necessidades.

TESTE E COMPROVE

Também descontos especiais para você adquirir conjuntos MOTO-FORRAGEIRA e MOTO-BOMBAS.

TAMBÉM NA
AGRICULTURA
COMERCIAL JOSÉ LUCENA
— meio século fornecendo
qualidade.



COMERCIAL JOSÉ LUCENA LTDA

Rua Frei Miguelinho, 120 — Ribeira
Tels.: 222-2311 — 222-1506
Rua Dr. Mário Negócio, 1470 — Alecrim
Tels.: 223-2228 — 223-4820
Natal — Rio Grande do Norte

CAPITAL ESTRANGEIRO

As graves dificuldades que o País enfrenta, principalmente seu endividamento externo, atingindo em seu desdobramento a todos os segmentos da sociedade, têm conduzido a uma generalizada impressão de que a economia nacional vem sendo paulatinamente absorvida pelo capital estrangeiro num processo de entrega passiva e antipatriótica. A plataforma política da oposição brasileira se apoiou muito neste argumento, usado e abusado frequentemente sem conhecimento de causa e por mera recreação amadorista de conteúdo eleitoral. Acho por isto oportuno um esclarecimento inspirado na Justiça e no bom senso, que uma atitude de independência valoriza.

O ingresso de capitais externos num país se realiza por via de empréstimos ou por investimentos diretos, estes feitos pelas empresas multinacionais. Assim as duas situações não se confundem, porque diferentemente caracterizadas em termos de sua repercussão na economia.

No caso brasileiro, por se tratar de um País em desenvolvimento, ninguém discute mais sobre as vantagens da participação do capital externo na modalidade de inversão direta. O problema gira em torno da capacidade de controle dessa participação, tendo em vista a defesa de setores básicos e estratégicos da nossa economia e preservação dos interesses da empresa privada nacional. Porque estas vantagens são evidentes: o reforço da capacidade interna da poupança, a cooperação tecnológica e a formação de divisas para o balanço de pagamentos.

Conciliar essa utilidade com a contrapartida inelutável da transferência para o exterior de parte do nosso poder decisório sobre a produção e nossos investimentos internos, eis a questão.

O Prof. Mário Henrique Simonsen ensina, com sua autoridade indiscutível, que essa conciliação é obtida através da observância dos seguintes pontos: a) garantia do controle de setores estratégicos por capitais nacionais; b) severa

fiscalização na remessa de lucros; c) proibição de manobras de distribuição disfarçada de lucros para o exterior, como o superfaturamento de importações, o pagamento de juros além das taxas de mercado ou inflação das remessas de royalties e assistência técnica; d) controle do acesso das multinacionais às fontes de poupança interna; e e) ajustamento das empresas estrangeiras aos objetivos nacionais de substituição de importações e de promoção de exportações (dep. perante a CPI das multinacionais).

Se analisarmos a legislação pertinente, verificamos que esses pontos se acham fortemente vinculados a um sistema de freios e contrapesos que tornam efetivas e eficazes essas garantias. Lembra o Prof. Simonsen que, de fato, as atividades empresariais no Brasil se classificam, juridicamente, como concedidas, incentivadas e livres. Nas duas primeiras se incluem, basicamente, todos os setores estratégicos da economia nacional, como a siderurgia, o petróleo, os serviços públicos, a mineração e o sistema financeiro, proibido o acesso da multinacional restrito às atividades livres. Assim a reserva dessas atividades para a empresa nacional se encontra perfeitamente assegurada. Quanto aos abusos das remessas de lucros, a lei brasileira, embora não limite, estabelece graves sanções fiscais. Talvez aí exista um ponto que deva ser aperfeiçoado para a fixação do limite absoluto, ainda não previsto. Mas o mecanismo de controle é, em princípio, eficaz. Se a multinacional remete para o país de origem recursos acima da taxa de 12% líquidos anuais sobre o capital primitivo acrescidos dos reinvestimentos, pagará, além da tributação estabelecida (com as reduções pactuadas para evitar bitributação), impostos complementares na fonte que vão de 40% a 60%. Por conta destas medidas, a experiência brasileira demonstra, segundo o depoimento do ex-Ministro Simonsen, que essas remessas se vêm situando abaixo do limite legal de 12%, ou

E A ENTREGA PASSIVA

seja, permanentemente em redor de 60% ao ano. A remessa de valores referentes a royalties e assistência técnica (o caso da ALCA-NORTE), aliás inexpressivos em nossa despesa cambial, está disciplinada em lei que impõe, entre outras exigências, a obrigatoriedade de registro no Banco Central depois da homologação do INPI e limite de 5% da receita bruta do produto fabricado ou vendido (Decreto n.º 55.762/65). Sob este aspecto, como reconhece o Prof. Simonsen, a legislação precisaria ser aperfeiçoada no sentido da introdução de mecanismos que desestimulassem as remessas disfarçadas de lucros para o exterior. Existem convênios com a finalidade de se evitar a bitributação, pelos quais o Imposto de Renda pago pela subsidiária é deduzido do tributo devido pela matriz. Pela dinâmica desse procedimento, observa-se que, se o dividendo sair normalmente, o ônus fiscal é inferior ao devido no país de origem, onde os valores pagos não sofrerão nova incidência. A lei norte-americana já prevê esse crédito fiscal automático. Finalmente, a legislação brasileira de tarifas aduaneiras e incentivos ad valorem é segura barreira contra os artificios de superfaturamento de importações e subfaturamentos das exportações.

No que toca ao controle do acesso das multinacionais às fontes de poupança interna, a lei brasileira estabelece a exclusividade dos financiamentos concedidos pelas entidades de crédito federais e estaduais em favor de empresas controladas por capitais nacionais. Além disto, a captação de recursos mediante oferta pública de ações e debêntures depende de autorização do Banco Central e só é permitida à multinacional se esta, em contrapartida, aportar recursos do exterior correspondentes ao valor captado no mercado interno.

O ponto mais importante é o do adequamento do capital estrangeiro aos objetivos nacionais, sendo contudo o de mais difícil controle, pois ressalta à vista que, praticamente, é impossível prever a matéria numa legislação geral. Mas

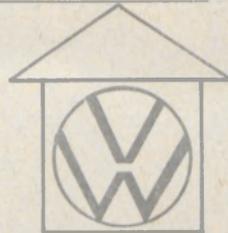
a lei pode impor uma série de providências com vistas a estímulos e sanções, e é o que o Congresso deve fazer.

No estágio de nosso desenvolvimento, é incontroverso que precisamos do capital alienígena. Discipliná-lo em função do interesse nacional é o que tentamos fazer. O País já possui o amadurecimento necessário ao êxito nesse tipo de negociação e, apesar dos pesares, ainda é tido como um excelente negócio para investimentos externos. Nossos legisladores deverão encontrar um modo inteligente e hábil de regular o assunto, de forma a atrair esses capitais para um processo de integração com o desenvolvimento brasileiro. O aprimoramento da norma jurídica num campo de mudanças tão bruscas quanto velozes deve ser a preocupação permanente de nossos homens públicos, bem como o objetivo de fortalecimento da empresa privada nacional, carente de base financeira e tecnológica. Aí talvez se explique o crescimento da estatização, não desejada pelo Governo, mas oriunda dessa incapacidade financeira e tecnológica que é natural num estágio de nações em desenvolvimento. A estatização de alguns setores da economia reservados prioritariamente à iniciativa privada já é matéria abordada nos Planos de Desenvolvimento, onde se prevê a transferência gradual da atividade do setor público para o privado.

Cabe-nos assim distinguir as coisas e, num momento tão difícil como este que vivemos, falar com responsabilidade. Imputações apressadas e insipientes configuram apenas método condenável de insimulação, que não atende aos legítimos anseios de nossa sociedade na atual conjuntura. Em assunto tão discutido quanto sério, verificamos que o País se preparou convenientemente, cumprindo-nos somente examinar se a lei é lei. O resto é demagogia, que precisa ser expurgada de uma vez por todas do debate sério dos temas que interessam verdadeiramente à Nação.

RAIMUNDO SOARES

PEÇAS PARA FIAT E VOLKS



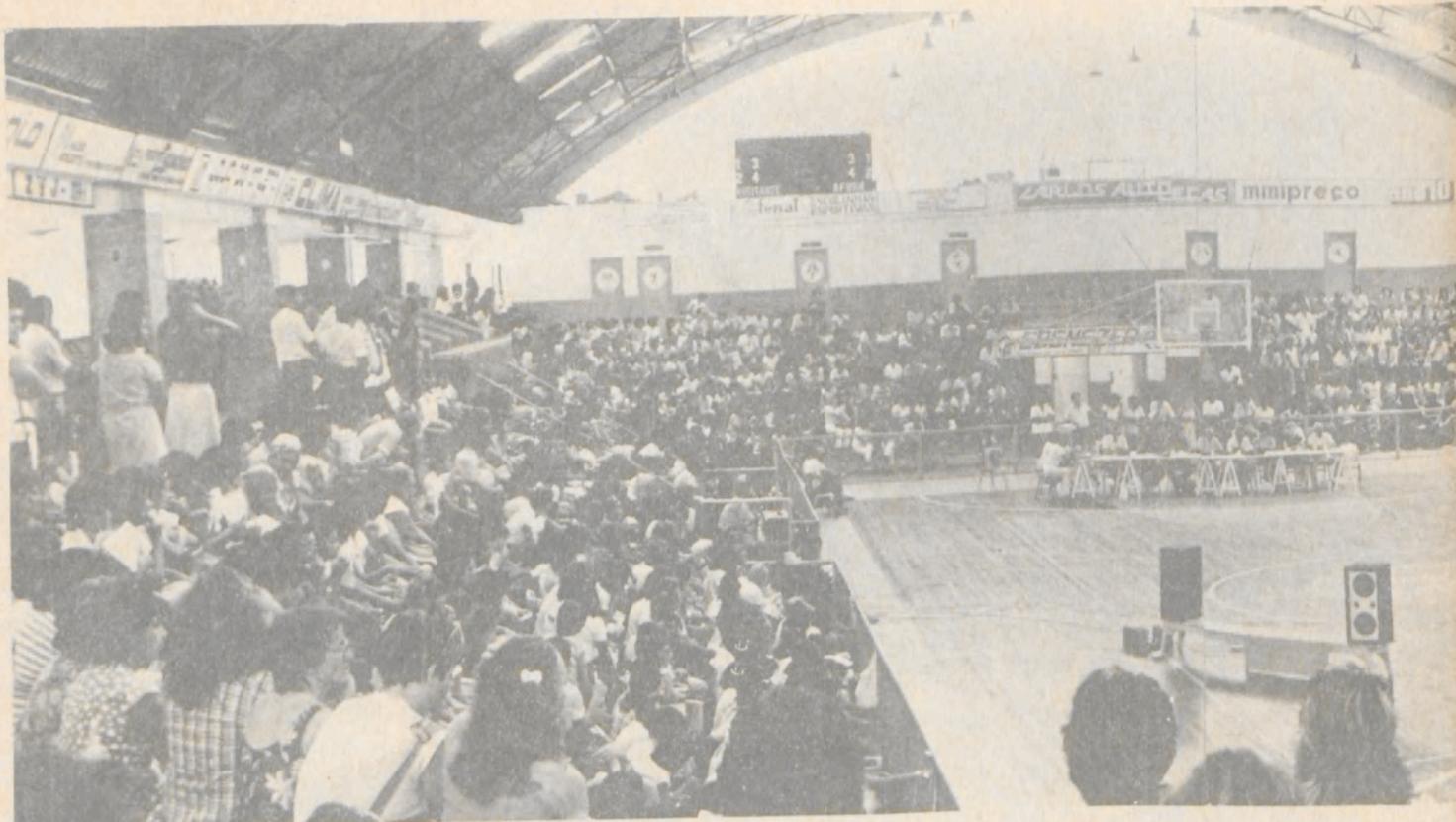
CASA DO VOLKS

Problemas do seu carro deixam de existir, quando você faz uma boa opção, e, essa é a Casa do Volks. Dispondo de um excelente estoque de peças, tintas automotivas, acessórios, escapamento e volantes esportivos; capas para bancos e sistema de som completo. Todos com instalação grátis, além de um amplo estacionamento. Sem compromisso, faça-nos uma visita.



Gurgel & Oliveira
Comércio e
Representações Ltda.

Av. Prudente de Morais, 1804
Tel.: 223-2488



Seminários onde se discutem problemas sociais motivam.

EDUCAÇÃO

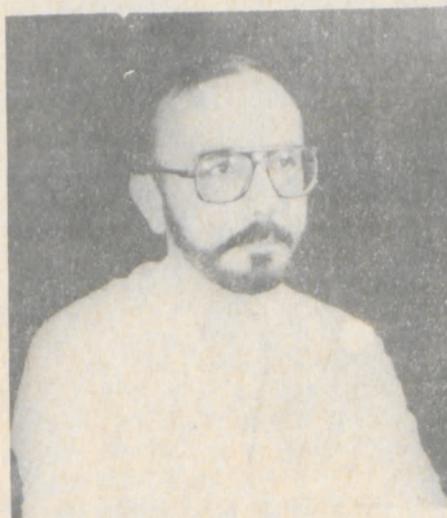
Nem todos os cursos na UFRN acompanham realidade local

Em meio a numerosas dificuldades de ordem acadêmica, financeira e outras, o Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte vive hoje, neste período de transição financeira da UFRN, sua pior crise desde sua criação em 1979, na gestão do reitor Domingos Gomes de Lima.

Com duas áreas de concentração: Antropologia e Sociologia, o Mestrado de Ciências Sociais reúne hoje um total de 46 alunos, alguns dos quais já em fase de conclusão de estudos, enquanto dois — professores bolsistas da Universidade Federal do Maranhão, concluíram os créditos e estarão apresentando nos próximos dias, suas teses que os tornará aptos ao título de mestre. Ainda no decorrer deste semestre mais quatro mestrandos apresentarão teses.

DIFICULDADES — As dificuldades, aliás inúmeras, vividas pelo Mestrado de Ciências Sociais da UFRN, o único do Norte-Nordeste, não chegam a produzir empecilhos à sua continuidade. Embora o Mestra-

do esteja já há três anos impossibilitado de contratar novos professores, impedindo por conseguinte o enriquecimento indispensável promovido pelo intercâmbio com outros mestres, bem como as dificuldades de biblio-



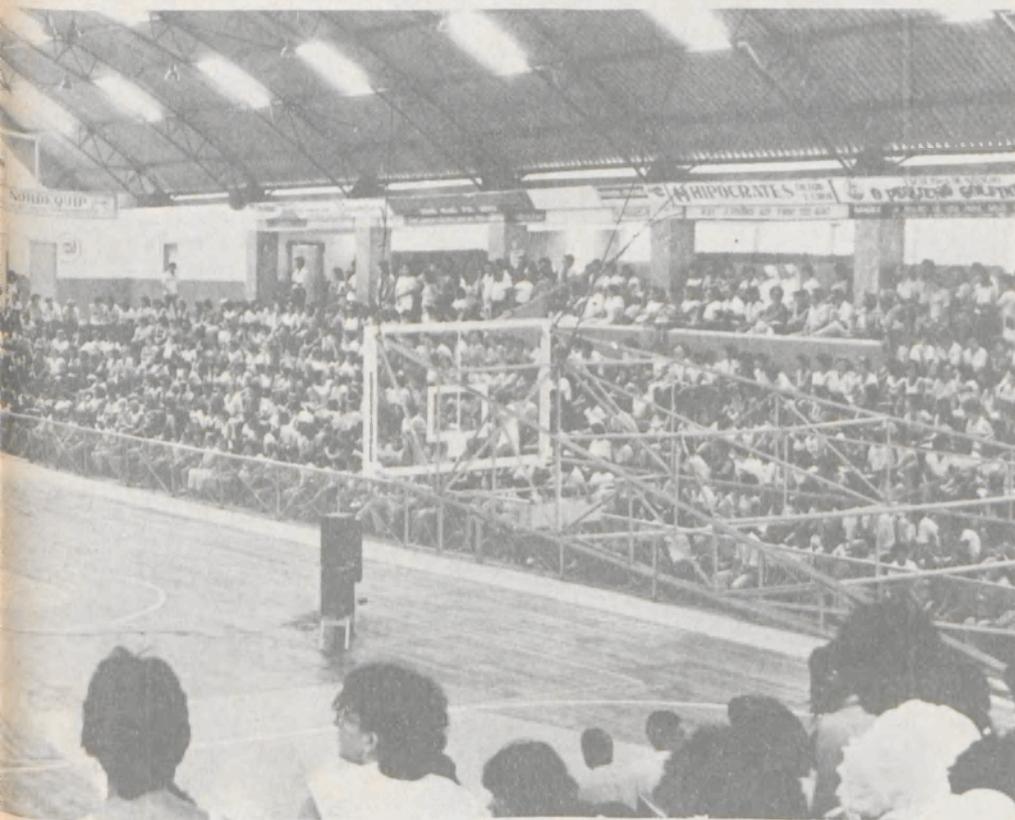
Antônio Marques

grafia, material didático etc, ainda assim muita coisa mudou para melhor no programa de Pós-Graduação.

De fato, no início esse programa oferecia apenas uma área de especialização, a de Antropologia. A iniciativa de transformá-lo em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Curso de Mestrado em Ciências Sociais, com áreas de concentração em Antropologia e Sociologia, se deu em 1982, obedecendo aos seguintes objetivos: adequação do programa à realidade do Departamento de Ciências Sociais; formar professores de nível superior, bem como pesquisadores comprometidos com a realidade social, econômica e política do Brasil, particularmente do Nordeste e, finalmente, não apenas repetir o saber já conquistado pela ciência, mas produzir, através da pesquisa, novos conhecimentos, particularmente aqueles indispensáveis às transformações sociais.

Para o professor Antônio Marques de Carvalho Jr., coordenador do Mestrado, com curso de Pós-Graduação em Louvain, Bélgica, esses objetivos contemplados pelo Mestrado estão se efetivando a contento. Como exemplo, cita as teses já concluídas pelos professores bolsistas da Universidade Federal do Maranhão. Esses alunos, diz Antônio Marques, estão produzindo um saber novo em suas áreas de especialização, dentro dos objetivos do curso.

Quanto ao desdobramento das áreas de concentração, diz o coordenador: "Quando o Mestrado foi cria-



do, o corpo de professores com grau de mestre era maior na área de Antropologia. Daí, porque o curso começou dando ênfase a esta ciência. Em seguida, os professores que haviam saído para fazer Mestrado em Sociologia voltaram e a partir disso, bem como da procura de estudantes interessados em cursar Sociologia, o Mestrado foi ampliado e passou oficialmente a Mestrado em Ciências Sociais”.

DEMOCRATIZAÇÃO — Como marca distinta de uma nova mentalidade acadêmica, Antônio Marques aponta o que ele qualifica de “democratização” do currículo do curso. Segundo diz ele, a proposta de currículo é uma das únicas democráticas que eu conheço, porque foi longamente debatida por todos os alunos e professores do curso. Cada disciplina foi votada e a que é adotada hoje é a consensual”.

A esse respeito, a mestranda Zélia Dotróvia, cursando Antropologia e a única remanescente da primeira fase do Mestrado, vê na ampliação do curso a vantagem de “proporcionar um debate mais rico e mais voltado para a realidade do Rio Grande do Norte e, portanto, mais democrático”. Lamenta apenas a existência de “entraves administrativos” os quais, em sua opinião, estão maiores.

Isa Freira, cursando Sociologia, também corrobora a afirmação de

Antônio Marques. Para ela, “a gente tem toda a liberdade para refazer o currículo; acho que a experiência é válida”, conclui. Mas indo de encontro a seus colegas, a mestranda Francisca Fernandes Marinho tem um reparo a fazer no currículo: “Acho que o Mestrado está dando prioridade às disciplinas sociológicas em prejuízo das antropológicas”. A falta de eco por parte dos demais alunos a essa posição, mostra no entanto que ela é uma opinião isolada em desacordo com a maioria.

Mas o professor Antônio Marques, enquanto responsável pela disciplina “Cultura Popular”, também vê problemas de ordem interna no Mestrado. Observa ele que “muita gente vem fazer Mestrado pensando que vai repetir um curso de Graduação e só vai se dar conta de que está fazendo um curso de Pós-Graduação quando está na sala de aula”. Quanto ao suposto excesso de estudos marxistas no Mestrado, e que já foi motivo de uma ou outra reclamação isolada, explica o coordenador do curso que “nossa graduação foi até pouco tempo marcada pela linha funcionalista, particularmente pela Sociologia americana e hoje se começa a questionar esse tipo de abordagem unilateral, até mesmo na graduação. Devido a isso, me parece importante dar ênfase aos autores marxistas na Pós-Graduação, afinal” — diz ele, — “Universidade quer dizer universalidade, ▶



Pisos e louças Sanitárias

O piso, a louça, o ladrilho, o mosaico ou azulejo de todos os tipos você



encontra pelos melhores preços em Queiroz Oliveira.

Material de acabamento nas condições que mais lhe convém. Bom nível e preços baixos para você ter o melhor em sua casa.

QUEIROZ OLIVEIRA
Comércio Indústria Ltda.

Av. Rio Branco, 185 — Fone: 222-2056

por que então excluir Marx?"

Outro problema detectado por Antônio Marques refere-se à reação de alguns alunos aos debates. Explicando ele diz que "como a exigência da carga de leitura é realmente ampla, e como se exige a presença em sala de aula aos debates, acho que é natural certa reação a esta proposta de trabalho ou de estudo mais profundo". Mas segundo ele, se resulta dessa exigência alguma insatisfação, isso deve-se à ausência de bolsas. Os mais insatisfeitos, afirma ele, são exatamente os alunos que vêm de fora".

Sobre essas dificuldades, Isa Freire é taxativa: "A falta de recursos é notória na área do CNPq devido a critérios políticos. Não há, de fato, interesse político do Governo a esse respeito".

A aluna Magali Canuto, do Mestrado de Educação, confirma essa opinião: "Pedi bolsas de estudo a dois departamentos sem sucesso. Só fui conseguir bolsa por intermédio de um político". E conclui: "A liberação de verbas obedece a critérios políticos".

Lailson de Almeida, mestrando de Sociologia, reclama da postura dos administradores do Município que "não liberam os servidores para fazer Mestrado". E declara: "Não é uma prioridade do Município liberar servidores para curso de Pós-Graduação, posição aliás, incompreensível", observa..

POLITICA DE RECESSÃO — Sobre as atuais dificuldades vividas pelo curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Antônio Marques se queixa da administração do reitor Diógenes da Cunha Lima. Em sua opinião, Diógenes nunca demonstrou entusiasmo pelos cursos de Pós-Graduação. Observa, porém, que o pró-reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação, Lauro Bezerra, tentou inúmeras vezes conseguir recursos para a consolidação dos Mestrados, tendo tido êxito algumas vezes.

Afirmado que as dificuldades financeiras em relação à Pós-Graduação têm suas origens maiores a partir de Brasília, o coordenador do Mestrado de Ciências Sociais destaca que isto nem sempre foi assim. Segundo ele, "houve um momento em que se deu muito apoio à Pós-Graduação no Brasil, até 1979. Em seguida, veio uma política de recessão particularmente nos Mestrados da área de Ciências Humanas". E explica: "O pessoal que estava saindo desses cursos saía com uma visão muito crí-

tica da sociedade e na verdade o sistema só gosta mesmo de elogios e de quem produz ciência para a ampliação do capital". E conclusivo, afirma: "O problema não é falta de dinheiro, é de distribuição de recursos".

Antônio Marques confessa que o Mestrado sobrevive muito mal. E diz por que: uma semana atrás, por exemplo, para se realizar um seminário programado há seis meses pelo Mestrado, tivemos de recorrer a particulares (políticos) porque a Universidade não dispunha de recursos". Outro exemplo: "Na hora que se quer convidar um professor para fazer intercâmbio de Pós-Graduação ou pesquisa, não se tem recursos para realizar esse tipo de coisa. Inexiste recursos para pesquisas".

Admite, porém, que as mudanças na Reitoria também provocam certa paralisação no Mestrado. Providências que deveriam ser tomadas não o são porque o reitor está prestes a mudar, fica-se aguardando os novos ocupantes dos cargos de direção. Segundo ele, a melhoria dos cursos de Pós-Graduação depende muito da política universitária a ser implantada pelo novo reitor. E confessa que desconhece quais os projetos dos reitoráveis para a área específica de Pós-Graduação, mas afirma: "Espero que as diretrizes básicas sejam traçadas com urgência e que todos os coordenadores de curso, professores e alunos sejam ouvidos".

PROGRAMA DE SEMINÁRIO

A crise, apesar de tudo, não tira o ânimo da coordenação do Mestrado de Ciências Sociais. Com efeito, o Mestrado está passando por uma nova fase, que é a implantação de programas de seminário "visando viabilizar a reflexão e o debate em torno de problemas sociais, culturais, políticos etc.

Foi dentro desta perspectiva que o Mestrado de Ciências Sociais realizou, juntamente com o Mestrado de Educação, ADURN, e outras entidades, o seminário "Educação e Movimentos Sociais no Nordeste".

E segundo o professor Antônio Marques, os resultados foram "realmente gratificantes". E com manifesto entusiasmo ele afirma: "Durante toda a semana (1.ª semana de maio) as cadeiras do Teatro Alberto Maranhão estiveram lotadas e no último dia, que contou com a presença de Paulo Freire, o Palácio dos Esportes estava lotado como se fosse para um show de Rita Lee". □



Está na hora de construir



Na hora de construir, resolva fácil o difícil problema da compra do material de construção em Queiroz Oliveira. Madeiras, ferros, canos, tubos e tudo o que é necessário para sua construção.



QUEIROZ OLIVEIRA

Comércio Indústria Ltda.

Av. Rio Branco, 185 — Fone: 222-2056

A nova vida da terra.



Tornar vital, reciclar o uso, fortalecer. No Nordeste, a cada dia, o sol nasce trazendo mais desafios que esperanças. Renascimento, esta é a grande esperança.

O Homem acredita no seu poder de transformar. Vencer a seca tem sido uma constante para o Homem Nordestino; renovar a terra, uma predestinação.

Há 73 anos o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, luta ao lado do Homem do Nordeste dotando-o de instrumentos capazes de criar uma verdadeira economia de resistência às secas.

Presentemente mais um destes instrumentos está sendo ativado - o Projeto Baixo Açú, com a Inauguração da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves — a maior obra do Governo Federal no Nordeste, realizada através do Ministério do Interior.

O Projeto Baixo Açú é um marco incontestável da importância que o Nordeste assume aos olhos da Nação. Um verdadeiro ponto de partida para dar uma nova vida a terra.

Na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves serão

acumulados 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, para o consumo, para a lavoura e para criar muito peixe.

É o caminho aberto para no futuro irrigar mais de 22.000 hectares de terras férteis e produzir o ano todo.

Projeta-se consolidar mais de 3.000 lotes agrícolas, dando emprego direto para mais de 10.000 pessoas e beneficiar outras 72.000; produzir 33 milhões de litros de leite, 300 mil toneladas de produtos agrícolas e 2.500 toneladas de peixe. Tudo isso somado aos benefícios diretos pela melhor arrecadação de tributos em 11 municípios.

A construção desta grande obra gerou a necessidade de remanejamento da população do Vale. Esta transferência contou com um acompanhamento social intenso e constante. Foram observados os desejos e a vizinhança da população, bem como não houve interferência em seus hábitos. Hoje ela está assentada na Nova São Rafael — a única cidade do Brasil totalmente saneada, e nos 13 núcleos rurais e agrovilas. Grandes benefícios receberam todos

os integrantes desta população, como indenizações justas, casas de alvenaria, hospital-maternidade, escola, posto de saúde, iluminação pública, água encanada, mercado, anel-de-contorno, entre outros. Isso é a melhoria de vida para todos.

A transformação da paisagem nordestina. É a nova vida da terra.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
DNOCS
Governo João Figueiredo

Dolorosa sobrevivência do acerto. Projeto Seda

CORTEZ PEREIRA

Foi em janeiro de 73 que iniciamos no Rio Grande do Norte um projeto visando produzir seda nos nossos taboleiros do litoral.

Víamos, por toda a parte, a cana-de-açúcar subir dos vales molhados, dos férteis massapés tomando conta dos ariscos pobres e secos do Agreste.

O Projeto de Seda não tinha o tolo e impossível propósito de impedir essa subida, mas de oferecer.. uma opção de predominância social, uma alternativa mais compatível com a unidade familiar de trabalho e um trabalho que permitisse uma maior participação do pobre na partilha dos rendimentos.

Em Nísia Floresta foi adquirida uma propriedade para receber o plantio experimental das melhores variedades de amoreira conhecidas no Brasil.

Teoricamente as condições de solo e clima eram favoráveis. Em São Paulo e Minas Gerais começamos a adquirir as primeiras mudas e na proporção em que o trabalho se ampliava, cresceu a resistência contra a expansão da experiência.

Foi necessário contar com o apoio do então Senador Carvalho Pinto, desdobrado em decisão do Governador Laudo Natel para que o Projeto, ao primeiro dos muitos impactos que viriam, não tivesse a sua vida encerrada. A partir desta dificuldade tudo se tornou mais fácil e passamos a receber a colaboração tanto da Secretaria da Agricultura de São Paulo, quanto do Serviço de Sericultura de Campinas, ligado ao Instituto de Zootecnia.

Assim, tornou-se possível a implantação do Projeto que consistia em comprovar, técnica e economicamente, a viabilidade da produção de seda no Rio Grande do Norte.

Daí para a frente seria a extensão da cultura, a sua complementação industrial integrando-a ao nosso Pólo Têxtil. O Estado passaria a contar com uma nova opção, assemelhada à velha tradição que temos, de trabalhar fibras nobres. Criava-se mais um ponto de apoio para tentar remover o pesado e desgraçado atraso que nos aniquila.

Todo esse esforço custou muito pouco ao Rio Grande do Norte que, de janeiro/73 a novembro/75 dispendeu, através do BDRN, indevido a compra de 317 ha, a insignificante quantia de Cr\$ 1.176.305,65. O verdadeiro capital investido aqui foi iniciativa, decisão, visão do futuro e muito amor dos que se dedicaram tanto, para em tão pouco tempo, fazer tanto. O 2.º grande impacto do Projeto foi a sua paralisação para que fosse reformulado.

O 3.º, foi sua transferência da área flexível e dinâmica do Banco de Desenvolvimento para a estagnação bucólica da Secretaria da Agricultura.

A competente equipe trazida para reestudar o Projeto não acrescentou nada, além do elogio aos acertos realizados e a recomendação para retomada do trabalho.

A conclusão a que nós chegamos foi a mesma deles ao dizer: "O Governo do Estado procurou uma definição sócio-econômica capaz de solucionar desníveis sociais de renda, dando ocupação racional ao solo"; a nossa previsão foi a mesma deles quando se referiram a "viabilidade, face aos resultados obtidos desde 73, abrindo nova fase na história econômica do Estado".

O que o Projeto comprovou não foi apenas que nós somos capazes de produzir seda, mas, e isto é que vale, que podemos produzir em condições vantajosas de competição com São Paulo, Paraná ou Japão.

Aqui a produção ocorre em todos os meses do ano, o que não acontece em São Paulo, Paraná e Japão. A amoreira que resiste ao nosso verão e ao nosso calor, não suporta o frio de lá, perdendo, anualmente, as suas folhas e chegando a morrer, quando a geada ataca com maior violência.

Até o ciclo de produção aqui é mais curto, talvez pelo clima fluindo no metabolismo da praga bendita, a lagarta, e fazendo-a trabalhar mais rápido.

Com todas essas evidências, o que falta para continuar o Projeto? Por enquanto falta a decisão política do Governo de não deixá-lo morrer...

O Banco do Nordeste, porque é capaz de compreender, vem heroicamente, salvando o Projeto, com a sua obstinada insistência de visitas para oferecer crédito, orientação técnica, apoio. O imenso futuro estrangula-se na mesquinhez insignificante de um simples "secador" que falta e que não custa mais de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros). Só falta isto e por isto falta tudo, tudo o mais: produção, emprego, menos gente na miséria, que seria tudo para muitos.

Nesses últimos anos tenho participado de muitas reuniões, desencontradas reuniões, reuniões inúteis, reuniões de palavras, desuniões de ações. Há poucos dias fui a mais uma delas, foi na Secretaria da Agricultura. Irei a tantas outras quantas para elas for convidado. Deixo todas elas trazendo sempre a ressurreição da fé que se inspira na crença de que pior do que esperar é não ter mais qualquer esperança.

ABEN-RN: em pouco tempo, uma história com muitas lutas

Funcionando com sede provisória nas instalações do Departamento de Enfermagem da UFRN, a representação local da Associação Brasileira de Enfermagem — ABEN-RN, já tem uma história repleta de muitas lutas, alguns reveses e diversas conquistas em benefício dos profissionais que compõem os serviços de enfermagem no Estado.

Fundada em junho de 1960, já se encaminhando portanto para o seu 23.º ano de atividades, a ABEN — seção RN conta hoje com pouco mais de 300 sócios em dia com as anuidades da Associação, saídos principalmente de Natal e Mossoró. Enfrentando diversos problemas, principalmente de ordem financeira, mas nem por isso mostrando sinais de desânimo, a atual presidenta da ABEN-RN, enfermeira Alzirene Nunes de Carvalho traça as prioridades da entidade para este ano: obtenção de uma sede própria; alteração do estatuto da Associação; sindicalização dos profissionais de enfermagem e reconhecimento do órgão como entidade de utilidade pública.

Com relação à sede própria, Alzirene Carvalho admite que há problemas, principalmente financeiros, decorrentes da perda do poder aquisitivo da categoria. Diz ela: “À medida que aumenta a taxa de anuidade, aumentam também as dificuldades dos associados em quitá-la, diminuindo o quadro da Associação, tanto que a taxa, este ano, está sendo parcelada”. E explica: isto é resultado da queda do poder aquisitivo dos associados”.

ESTATUTO — A alteração do estatuto profissional dos enfermeiros é um assunto que está intimamente ligado à questão da sede própria, visto entre as mudanças propostas pela atual diretoria da ABEN-RN está a ampliação do quadro de sócios, limitando-se não mais apenas à admissão de enfermeiros (portadores de título superior), mas também incorporando aos seus quadros estudantes primeiranistas de Enfermagem, assim como técnicos, auxiliares e atendentes. A admissão dessas pessoas iria capitalizar novos recursos para a Associação

e proporcionar condições para que sejam continuados diversos programas voltados para a melhoria de condições de trabalho dos profissionais e a promoção da qualidade de vida e de saúde da população.

Essa reformulação do estatuto profissional dos enfermeiros do Rio Grande do Norte será defendida a nível de congresso nacional da categoria em setembro próximo, em São Paulo, e já conta com o respaldo de outras Associações congêneres do País.



Enfermeiros atuam sempre...

O principal objetivo dessa proposta, porém, não se prende unicamente a aspectos financeiros. Sua importância localiza-se na certeza de que a união das categorias de enfermagem,

como assinala Alzirene Carvalho, dará maior força e poder de barganha às reivindicações comuns desses diversos profissionais de saúde, visando também a promover o espírito associativista em todos eles. Mas para que tal proposta se viabilize, é preciso incorporar à Associação potiguar os membros da União Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, seção RN — UNATE-RN, a qual, embora praticamente desativada, como observa Alzirene Carvalho, “está sendo consultada por nós, da ABEN-RN e seus associados estão, em maioria, se mostrando receptivos à idéia da integração às nossas fileiras”. A presidente da ABEN-RN admite, não obstante, que um ou outro membro da UNATE se mostra reticente à proposta, em desacordo com a grande maioria dos seus colegas. Mas Alzirene Carvalho confia em seu

... mas têm pouco apoio

lema: “Unir para integrar” e crê numa solução que concilie inclusive esses elementos reticentes da UNATE.

SINDICATO — Mas o marco das diversas lutas desenvolvidas pela atual diretoria da ABEN-RN é a proposta para criação de um Sindicato de profissionais de enfermagem do Estado, congregando no seu bojo não só os enfermeiros, isto é, aqueles profissionais saídos da Universidade, mas também os auxiliares, técnicos e atendentes de enfermagem. Essa idéia foi lançada, pela primeira, no Primeiro Encontro de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Enfermagem, realizado no ano passado em São Paulo, obtendo amplo apoio de todas as delegações presentes. A es-

se respeito, a ABEN-RN já está ultimando a formação de uma comissão pró-sindical que estará definida até à véspera da II Semana Brasileira de Enfermagem, a acontecer de 12 a 20 de maio próximo, em Natal e nas outras capitais do Brasil.

Sobre este assunto, diz a presidenta da ABEN-RN que "a Associação está muito preocupada com a criação desse órgão sindical, porque este é o órgão legal para tratar das questões trabalhistas no Rio Grande do Norte, salientando que: "Aqui (no RN) o pessoal tem muitos problemas trabalhistas que só serão plenamente resolvidos com a criação da Associação de Profissionais de Enfermagem e, posteriormente, culminando na criação do Sindicato da classe.

Informa ainda Alzirene Carvalho que a proposta lançada no Encontro de São Paulo, em 82, propondo a união de todas as categorias de enfermagem, está repercutindo, sendo que em Goiás já foi criada a Associação Pró-Sindical e que, em outros Estados, a proposta está enfrentando algumas dificuldades, sobretudo naqueles onde já existe o Sindicato de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem. Mas cada Estado está buscando soluções compatíveis com suas prioridades, diz a presidenta da ABEN-RN, reiterando crer no sucesso dessas iniciativas com vistas a fortalecer o poder de reivindicação dessas categorias, uma vez que sua constituição atual, em compartimentos estanques, isto é, associações isoladas, só prejudica a essas próprias associações.

RECONHECIMENTO — Quanto ao reconhecimento da ABEN-RN co-



Nas enfermarias, o dia-a-dia dos problemas

mo entidade de utilidade pública, informa a direção da Associação que já foi dado o primeiro passo nesse sentido, com o registro do estatuto da entidade no Diário Oficial do Estado. O objetivo dessa reivindicação é conseguir recursos para a Associação, a fim de que seus programas de âmbito cultural e científico, voltados para a promoção da saúde da comunidade não sofram solução de continuidade.

A par dessas metas, a ABEN-RN está desenvolvendo diversas atividades com vistas a conscientizar a classe para a melhoria de condições de saúde da população norte-riograndense, visto que, segundo dados técnicos, os profissionais de enfermagem são responsáveis, hoje em dia, por 60 por cento das ações de saúde

desenvolvidas no País, o que já é por demais suficiente para mostrar o papel desempenhado na comunidade por esses profissionais.

PROJETO JULIANELLI — Falando das conquistas da ABEN-RN em sua gestão, Alzirene Carvalho cita a luta travada contra o projeto proposto ano passado pelo deputado baiano Salvador Julianelli, propondo a reestruturação das profissões de saúde. Segundo esse projeto, todas as categorias de saúde ficariam submetidas às decisões médicas, perdendo, por conseguinte, sua autonomia.

A respeito disso, diz Alzirene Carvalho que "a Enfermagem foi uma das categorias que mais se destacou contra esse projeto, através da Associação Brasileira de Enfermagem, juntamente com as demais profissões de saúde".

A mobilização a nível nacional dos profissionais de enfermagem, segundo a presidente da ABEN-RN, foi decisiva para a revogação do projeto Julianelli, através de palestras, cartazes, manifestos, pronunciamentos em emissoras de rádio e TV etc, em todas as capitais do País, inclusive pelo jornal da ABEN-RN, em termos estaduais. A reativação deste jornal é outra meta da maior importância para divulgação das atividades e propostas da ABEN local, segundo afirma Alzirene Carvalho, confiando que nos próximos esse periódico volte a circular, apesar das dificuldades econômicas que inviabilizaram sua circulação há cerca de um ano. □

CONFIAR NA SORTE É PERIGOSO

Seu barco é bom, eficiente, mas um dia pode entrar em pane e lhe deixar em apuros, no meio da água. Por isso é bom — e a Capitania dos Portos exige — que você navegue com equipamentos de salvatagem. Leve consigo balsas, coletes salva-vidas, rações de abandono e pirotécnicos. Se o barco falhar, você aciona o equipamento, garantindo assim sua sobrevivência. E esses equipamentos são vendidos com exclusividade pela Opel, situada à rua Sampaio Correia, 4000. Ligue para 223-2400 e peça informações.

Todos esses equipamentos aprovados pela ABNT, Min. Trab. e Capitania dos Portos.
Rua Sampaio Correia, 4000 — Bom Pastor — tel.: 223-2400-3557 — Natal-RN.

opel MÁXIMO EM PROTEÇÃO

A cidade Natal de todos nós.

Alguém já disse que a cidade é um ser vivo. E que Natal, íntima, entre o rio e o mar, se estende com seus dengues e mistérios de mulher que precisa ser amada.

Mais amada, com toda a certeza a cidade retribuirá esse amor em novas dádivas, beleza, estado de espírito festivo.

Através de uma campanha que começa com este anúncio, a Prefeitura da Cidade pretende fazer um convite aos natalenses de todos os quadrantes. Os nascidos em Natal e os que fizeram a opção de viver em Natal.

É um convite para se amar mais a cidade. Para se cuidar de suas riquezas, seu patrimônio cultural e humano. Para se fazer de Natal uma festa móvel.

De sua parte, a Prefeitura não medirá esforços para incentivar esse amor. Ela dará o apoio necessário a todas as manifestações de carinho pela cidade.

Mas isso não implica uma falta de visão dos problemas da comunidade. A Prefeitura pretende enfrentar esses problemas e tentar solucioná-los. A maneira da administração anterior, as populações pobres terão prioridade em todas as iniciativas do Governo Municipal. Há um propósito de se levar mais conforto e condições de vida aos bairros natalenses mais

desprotegidos. De buscar recursos internos e externos e aplicá-los em obras de caráter eminentemente social. De dar continuidade a programas que, nos últimos quatro anos, mudaram a face de Natal.

Esta é a obrigação de quem assume o governo de uma cidade localizada numa das regiões mais pobres do país. É um compromisso de uma administração, no início de um período de árduo trabalho que se prolongará por quatro anos.

Mas nada impede que haja também uma convocação para a alegria, o carinho, a confraternização em torno da cidade Natal de todos nós. E que você participe disto intensamente.

A Prefeitura conta com você. Comemore Natal o ano inteiro.





Natal terá uma campanha para ...

CIDADE

Prefeito quer o despertar do antigo amor por Natal

Uma pesquisa mostrou que muitas pessoas — a maioria — que residem em Natal e fazem o seu dia-a-dia não são natalenses de nascimento. Ao tomar conhecimento desses dados, o Prefeito Marcos César Formiga não achou estranho. Disse que “a cidade não é somente de quem nela nasce, mas de quem tem outras raízes aqui”. Ele entende, por isso, que “a cidade é de quem fez a opção por ela, como eu fiz e muitos outros fizeram”.

Dentro desse raciocínio, a Prefeitura decidiu desencadear uma campanha — com o slogan de “Nossa Cidade Natal” — para despertar, nos natalenses adotivos e nos naturais, para a necessidade de reavivar o sentimento de amor e ternura com todos os seus aspectos físicos. A campanha não ficará apenas no aspecto da divulgação. Muitas pessoas estão sendo contatadas para que participem ativamente, dando a sua contribuição. Paralelamente, está sendo dado andamento a alguns projetos, através da coordenação de assuntos culturais da Secretaria Municipal da Educação, como o Projeto Menininho, Contorno Cultural, Criart, Ballet Mu-

nicipal e Banda de Música Municipal, entre outros.

TAMBÉM O PLANO DIRETOR — O Plano Diretor está compreendendo, inclusive, aspectos gerais dessa filosofia, estando com ela interrelacionada. A compatibilidade do uso do solo com as diversas áreas da cidade e sua harmonia com as necessidades da paisagem física, estão inseridas no contexto do projeto.

“O que nós desejamos” — diz o Prefeito Marcos Formiga — “é um

instrumento mais permanente para a cidade, que é o Plano Diretor. É que ele deve regular o uso do solo que a cidade deve ter”.

Afirma Marcos César Formiga que vem se batendo desde o início da sua administração nesse sentido, “desejando que a Câmara dos Vereadores pudesse discutí-lo e senti-lo, amplamente, profundamente”.

O Prefeito vê algumas críticas que lhe têm sido feitas como injustas, argumentando que há problemas diversificados, uns exigindo solução imediata e outros mais demoradas. De todo modo, ele afirma estar buscando os recursos na área federal, para resolver todos os problemas, daí porque considera as críticas injustas. Mantém a sua disposição de prosseguir em seus objetivos sem desestímulo. □



... que todos a amem mais.



Mota: caminhos difíceis

CEARA

Austeridade também é a meta principal de Gonzaga Mota

REIKO MIURA, DE FORTALEZA

Ao segundo mês do Governo Gonzaga Mota, muitas mudanças já foram sentidas tanto pelos seus assessores como pela população que se viu frente a anúncios de medidas de austeridade, o que dava a impressão de que realmente o Governo seria sério e que a situação crítica em que se encontra o Estado seria solucionada. Mas até agora, pouco se viu da aplicação dessas "medidas de austeridade", que atingem principalmente o setor pessoal do Governo.

Com oito decretos, Gonzaga Mota tenta "moralizar" a administração pública no que se refere à contenção de despesas. Um exemplo disso é a sustação de admissões ou contratações do pessoal no serviço público estadual. Outra medida tomada pelo Governo através desses decretos foi a convocação de um concurso público para o pessoal administrativo admitido sob o regime jurídico instituído pela Lei 10.472 de 15.12.80.

Da mesma forma, os funcionários públicos que acumulam cargos também serão atingidos pela "austeridade" através de um levantamento que vem sendo feito pela Superintendência de Recursos Humanos (Supreh). Paralelamente o Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp) já providencia o planejamento do concurso público.

DÍVIDA — Todas essas providências se justificam na medida em que se comprovou que em abril passado a dívida do Estado em empréstimos in-

ternos e externos chegava a Cr\$ 120 bilhões. Somente ao Banco do Brasil, o Tesouro do Estado deve 9 bilhões de cruzeiros; para o Banco do Nordeste do Brasil, deve 10 bilhões de cruzeiros e para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ceará deve 1 bilhão de cruzeiros.

Aliados a esses dados, o pagamento do funcionalismo está atrasado e até o final de abril, haviam sido pagos os vencimentos de março. Os vencimentos de abril continuam sem previsão de pagamento.

Tantos problemas financeiros levaram o Governador Gonzaga Mota a Brasília atrás de recursos, empunhando um plano decomposto de recuperação do Estado, semelhante ao apresentado pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional. Parte desse plano foi aprovado por Delfim Neto e promessas de ajuda financeira ao Ceará também foram feitas pelo Presidente Figueiredo, ainda durante a viagem de Gonzaga Mota a Brasília, no dia 12 de abril passado.

Gonzaga Mota tenta a renegociação da dívida a se vencer esse ano, que é de Cr\$ 34 bilhões; dívida essa que vem comprometendo a situação do Estado. Além dessa renegociação, o Governador pediu a inclusão do empréstimo de 75 milhões de dólares aprovados pelo Senado, no programa de captação de recursos externos do Governo Federal.

NA POLÍTICA — Numa candidatura apoiada pelas três correntes existentes no cenário político cearense — Aduato Bezerra, Virgílio Távora e Cé-

sar Cals — Gonzaga Mota tenta desde o início de seu Governo, não diferenciar uma tendência de outra. Mas reclamações começaram a surgir no início de abril, quando virgilistas sentiram-se preteridos a outras tendências na distribuição de cargos da administração pública.

Isso vem contrapor-se à opinião de alguns setores da sociedade, de que depois de assumir a coordenação do grupo virgilista em 29 de março, o Governo iria dar prioridade a eles, na distribuição de cargos.

Gonzaga Mota, que foi Secretário do Planejamento no Governo Virgílio Távora, descarta decididamente a possibilidade do nascimento do gonzaguismo. Mas as críticas não faltam ao Governador, que já foi chamado de "xerife" por ter participado de uma "blitz" preparada pela Secretaria de Segurança. Essa foi a forma encontrada por Gonzaga Mota para conhecer a realidade dos xadrezes de Fortaleza e a ação da Polícia em suas rondas. Respondendo a essas ironias da oposição, Mota disse que é preferível ser "comparado a um xerife do que ser chamado de ladrão...".

O secretariado de Gonzaga Mota não foi muito atacado pelos políticos cearenses, uma vez que obedeceram a uma previsão que vinha sendo feita antes de sua posse. A indicação do filho de César Cals, o deputado federal César Cals Neto também não causou surpresa.

Para a Pasta do Planejamento, Gonzaga Mota nomeou o economista Osmundo Rebouças; para a Fazenda, foi nomeado o economista Firmo de Castro; para a Secretaria de Assuntos Extraordinários, o engenheiro agrônomo Êsio de Souza; para a Indústria e Comércio, o administrador de empresas Danilo Pereira; para a Agricultura e Abastecimento, o agrônomo Alfredo Lopes e para a Área Política e Administrativa, foi nomeado o assistente do Governador, o administrador de empresas Vladimir Spinelli.

Para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, foi nomeado o engenheiro Luiz Marques; na Pasta de Comunicação Social foi nomeado o jornalista Ciro Saraiva; na de Saúde, o médico Elias Boutala; na Educação, Ubiratan Aguiar; na Pasta de Segurança Pública, o advogado Feliciano de Carvalho; no Interior e Justiça o advogado Ernando Uchôa Lima; na de Assuntos Municipais, Erivano Cruz; na de Administração, Antônio dos Santos; e Cultura e Desporto, o professor Joaquim Macedo. □



Nas lojas, só o formal da eletrônica

COMÉRCIO

Situação é tão ruim que nem novidades eletrônicas vêm

As últimas novidades da eletrônica não terão vez, por bom tempo, no comércio de Natal. O videocassete já foi retirado das prateleiras, a câmara de vídeo nacional que a Sharp está lançando a nível nacional não tem nem previsão para chegar. Quem está na fila — porque é realmente uma coqueluche do consumo — é o videogame, o jogo eletrônico que pode ser acoplado a um aparelho comum de TV e fazer as vezes de um fliperama doméstico. Mesmo assim, não virá logo agora embora seja a grande atração das lojas das principais cidades do País.

O motivo disso tudo é a crise econômica. Por mais sofisticado e exi-

gente que seja o consumidor de Natal, capaz de absorver, inclusive, produtos que outras praças mais ricas não suportam, dessa vez está sendo obrigado a se retrair.



Uma bomba de efeito

lento que custa a explodir

Enquanto o comércio formal reclama do retraimento dos consumidores, uma bomba silenciosa está para explodir em suas portas. Trata-se do comércio dos camelôs, um problema silencioso, inoportuno, que cedo ou tarde vai eclodir. Os comerciantes estão com ele atravessados, mas nada podem fazer. Antes das eleições, havia o natural problema político e não adiantava reclamar, pois os fiscais

da Prefeitura não iriam arriscar arrastar o prestígio do candidato do Governo na área social. Passada a eleição, pensava-se que a providência seria tomada rapidamente e até algumas medidas em relação aos camelôs da Praça Padre João Maria começaram a ser tomadas. Mas a crise econômica agravou-se de tal maneira — inclusive provocando incidentes e depredações em São Paulo — que deixou nítida

— É realmente o reflexo mais indicativo de que estamos atravessando uma séria crise econômica — nota Zildamir Soares, da rede de lojas de “A Sertaneja”. Conhecido pelo seu otimismo mesmo diante das mais críticas situações, Zildamir é obrigado a admitir, dessa vez, a retração do consumidor de Natal, a ponto de ser perigoso para os lojistas mais racionais arriscarem empatar capital — difícil como está — em objetos muito caros.

DEMANDA CONTIDA — Essa demanda contida é um fenômeno praticamente inédito em Natal. Até então o consumidor natalense tinha se mantido indiferente a essas crises periódicas e a todas as tentativas do Governo no sentido de provocar retração do consumo. Mas, agora, vários fatores estão se conjugando contra esse hábito. A maxidesvalorização fez saltar um gravador de videocassete para quase o dobro do preço — que já era considerado caro. Desse modo, chegando a mais de Cr\$ 700 mil, tornou-se um objeto difícil de vender. Dessa maneira, o modismo, tão ao gosto do natalense, foi barrado pela carestia. Todas as novidades eletrônicas — com exceção do vídeo-game — que estão agitando o mercado nacional vão demorar a chegar por Natal.

Além do preço em si, há o problema dos juros, da dureza e impessoalidade que o mercado vai assumindo nestes tempos de crise e a ordem rígida que têm os gerentes de banco de enviar as letras em atraso para o cartório de protesto.

É realmente o tempo das vacas magras. □

a impressão de ser perigoso tocar no problema agora.

É. Uma pesquisa realizada entre os camelôs que se estabeleceram no Centro mostra que mesmo a proposta de deslocá-los para um calçadão projetado pela Prefeitura para as principais ruas da Cidade é vista com muita desconfiança. Esse calçadão, de resto, parece ser a única saída viável. E os comerciantes consultados admitiram que essa realmente é a solução mais conciliatória. O calçadão está no projeto. Mas não vai ser muito fácil conseguir o dinheiro necessário para construí-lo. Os tempos estão difíceis mesmo para a realização de obras urbanas ambiciosas, que se refletirão na área social.

E o direito de propriedade?

NEY LOPES DE SOUZA

Anuncia-se uma lei do solo urbano.

Esta é questão fundamental em qualquer sociedade política. Isto porque, a urbanização crescente aflora problemas sociais, econômicos, políticos e religiosos, determinando traumas nas cidades, principalmente aquelas de médio e grande porte.

O fluxo migratório das áreas rurais torna as metrópoles "inchadas". É o permanente desafio dos Governos: habitações sem infra-estrutura urbanística; rede escolar carente; proliferação de doenças endêmicas; desemprego; reivindicações sociais em massa...

O uso do solo urbano é, pois, elemento prioritário na ação governamental, sendo imprescindível lei atual e eficaz.

Aceito que o uso social da propriedade seja a filosofia da legislação urbana. Até porque, este é um princípio inserido no próprio texto Constitucional vigente. Todavia, há outros princípios que não podem ser desrespeitados, tal como, o direito de propriedade, desde que condicionado aos interesses sociais.

A proposta da lei do uso do solo carece de ajustamentos. Por exemplo: a taxa tributária é o instrumento que os povos desenvolvidos utilizam para combater a ociosidade dos imóveis. No instante em que se aceite a alternativa da desapropriação pura e simples, sem condicionamento ao interesse público, estará sen-

do lesado e ferido o direito de propriedade. Acresce ainda a circunstância de que as Prefeituras Municipais do Brasil, em sua maioria, não estarão habilitadas tecnicamente para usarem de poder expropriante tão amplo. O que resultará serão abusos, movidos por interesses políticos ou subalternos, ameaçando a propriedade individual, cujo direito transcende a própria Constituição, para inscrever-se como direito natural do cidadão.

A preempção, isto é, a obrigatoriedade de ofertar ao município o imóvel urbano a ser alienado, no prazo de 30 dias, não se justifica como norma de uso do solo. Será transferir à edilidade o direito de tumultuar, ao seu bel prazer, quaisquer negócios privados, desde que o poder dominante assim deseje. Não encaro esta fórmula como justa e democrática. O município pode (e deve) fiscalizar o uso do solo urbano, taxando os que abusem, porém reconhecendo que é da propriedade privada que deriva a sua receita tributária, em grande proporção.

O risco que vejo na proposta de lei urbana é que se saia de um extremo, em que a gula especulativa engorda meia dúzia de privilegiados, para cair-se em outro extremo, onde o direito de possuir um terreno seja ônus do cidadão, e não prêmio pelo cumprimento do dever pessoal ou dos seus antepassados.

FAÇA MUITO COM MUITO POUCO.

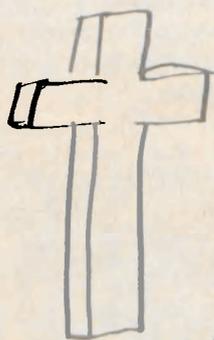
Deixe aqui a moedinha
do troco para ajudar as crianças
da Clínica Heitor Camillo.



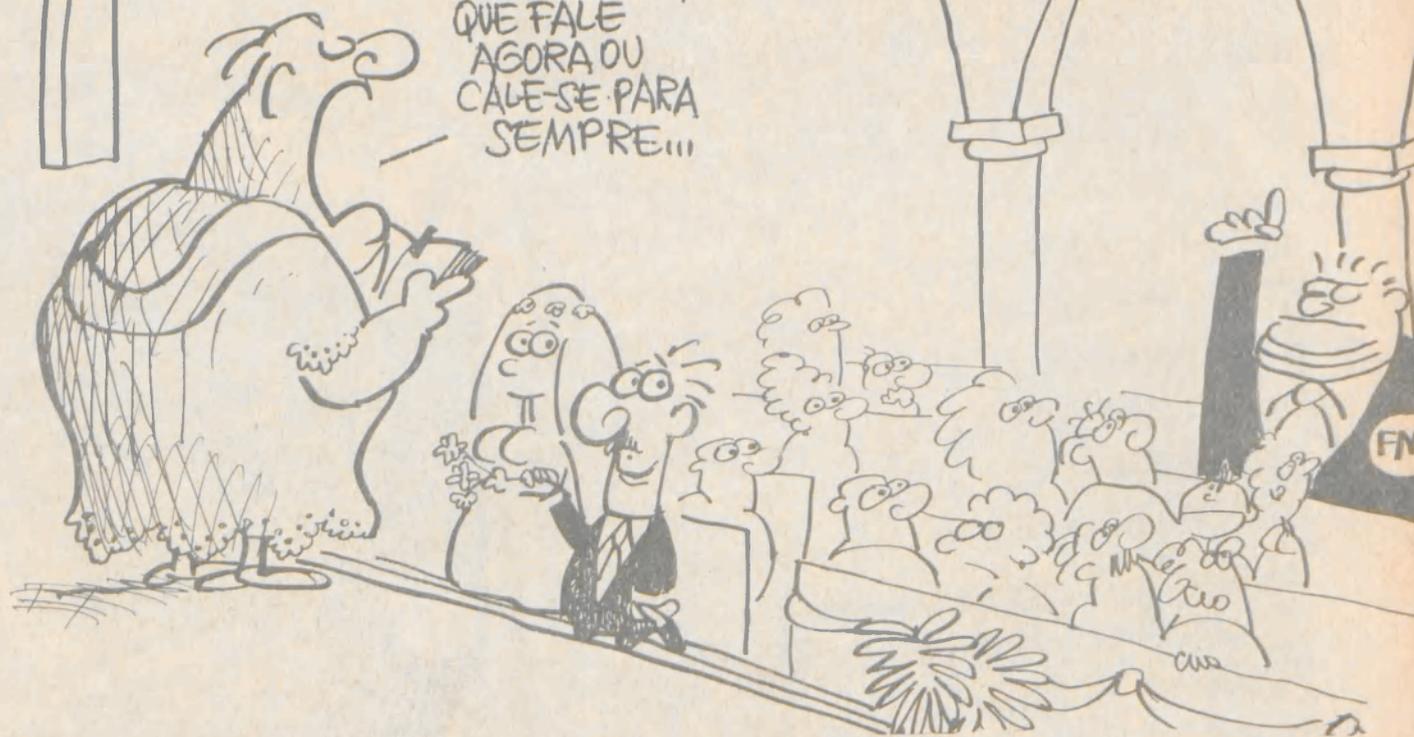
MES DOS NOIVOS

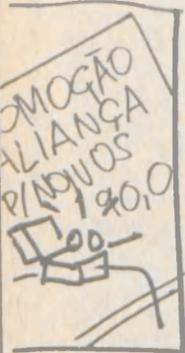
Querido,
quando é
que você
casa comigo?
|

Quando
o Brasil
pagar a
dívida
externa,
meu bem...



“SE HA'
ALGUÉM QUE
IMPEÇA ESSE
CASAMENTO,
QUE FALE
AGORA OU
CALE-SE PARA
SEMPRE!!!”





Edmundo

A mesma cantiga

ROSEMILTON SILVA

Vai começar o nosso Campeonato e todo ano vem a mesma cantiga de sempre: nosso futebol anda ruim. A culpa ainda recai sobre os dirigentes dos clubes. Uma péssima administração deixa resquícios por um longo tempo. Isso é em qualquer setor da vida. Será necessário um período extenso de vasta conciliação entre os clubes. Os diretores precisam abrir mais a mente para um diálogo franco e sem subterfúgios. Uma trégua entre eles nos bastidores se faz mais do que necessário e urgente para tentar a recuperação dos bons tempos. Não adianta apenas verificar que outros estavam errados. Que alguns cometeram loucuras a ponto de levar clubes como ABC e América à falência total, com dívidas inigualáveis e irresponsáveis que jamais puderam ser solucionadas com duas palavras. No entanto, no momento, essa solução mais parece insolúvel porque a mentalidade de cada um deles, dirigentes, está ainda arraigada a mesquinhas e babaquices que nunca levaram e nem levarão a nada.

Soluções existem. Uma delas é começar a preparar os times de baixo para chegarem ao de cima. Isso não é nenhuma novidade. Mas é preciso que também, paralelo a essa medida, os administradores dos clubes tenham senso de direção. Levem a coisa mais a sério. Tenham senso de responsabilidade. Há um propósito no alvinegro de tentar levantar o clube. Não será tão fácil como alguns imaginam, mas os seus dirigentes sabem que a "batata quente" enfiada em suas mãos não será descascada assim tão facilmente e terão que comê-la o mais rápido possível mas não sem antes de uma prévia análise profunda de como a deglutirão.

Basicamente, a saída continua sendo diretamente do ponto de vista administrativo. Hoje, quase todos os clubes brasileiros são deficitários porque os próprios dirigentes conseguiram inflacionar o futebol de maneira tal que nem mesmo a saída pela tangente serve de válvula salvadora. Estão todos num emaranhado de parques administradores. É uma roda gigante rodando continuamente assambrando a quantos dela queiram tirar proveito.

As pessoas que procuraram entrar nessa roda, em sua maioria, o fizeram na tentativa de aparecer. De ter seus nomes nos jornais e nas rádios. De se tornarem conhecidas. É a vaidade humana imperando na busca de uma satisfação íntima, pessoal e inescrupulosa. E dilapidam patrimônios. E fogem depois do circo armado. É claro que alguns não estão incluídos nesse rol. Boa parte dos dirigentes amam verdadeiramente o futebol, mas pegam o bonde andando, ladeira abaixo e sem motorneiro. Fica difícil pará-lo. É um verdadeiro rolo compressor.

Não se pode partir da premissa de que com os outros, anos atrás, deu certo, porque ela é falha para a realidade do momento. Naqueles tempos o torcedor sabia que tinha um bom espetáculo. Hoje, ele também sabe que os "enganadores" estão soltos pelos nossos campos. Até mesmo na Seleção Brasileira. Por isso, o torcedor que não é burro e sabe o que é um bom es-

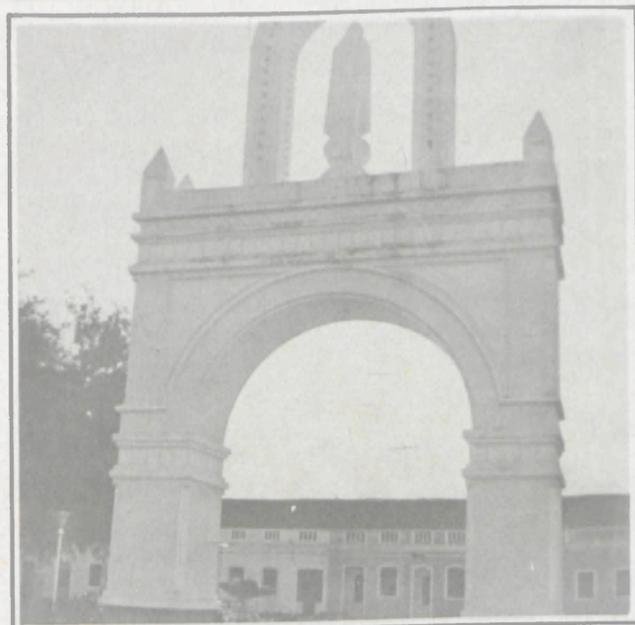
petáculo de bola, foi fugindo das arquibancadas. E os clubes, melhor dizendo, seus dirigentes, foram sendo enganados porque não conheciam nada de bola por jogadores que "não existem" como tal.

E haja perna-de-pau nos gramados. E "tome lá" administradores com pinta de tecnocrata. E lá se vão os clubes descendo a ladeira para nunca mais subirem. Para esbarrarem num vermelho tão profundo que, aos poucos, foi ficando "preto" porque já estava no fundo do poço e dele não mais têm condições de sair. Está provado que futebol como empresa não é tão fácil de ser dirigido. Principalmente porque os que estiveram à frente dos clubes só conseguiram uma façanha: a falência. Está aí o exemplo do Botafogo do Rio. Aqui América e ABC acompanharam. O primeiro ainda pode "estribuchar" e o segundo nem isso; vai apenas se arrastando, caindo aqui e ali e se levantando na mais longa "Via Sacra" que os fiéis de clube, podem ver.

Está na hora de voltarmos ao amadorismo? É uma solução viável. Mas é preciso que se insista também que isso não resolve, de imediato, o problema. É uma questão de administração e se o amadorismo também não for bem dirigido jamais teremos condições de nos levantarmos. É um princípio básico em qualquer setor. Ou se administra bem ou iremos à bancarrota, sem sombras de dúvidas. E não estão descobrindo nada de tão novo assim. A organização faz parte até mesmo da vida de cada um. É partindo-se desse princípio primário, básico que atingimos o ápice. E ninguém pode surpreender-se com as minhas palavras porque elas não são de hoje.

Vira e mexe lá vem escândalo. Estão aí ABC e América que não me deixa mentir. Agora, tudo causado pura e simplesmente por dirigentes que não possuem o menor tino administrativo. Todos nós sabemos que nosso futebol vai continuar nessa crise por muito tempo. Enquanto não houver quem consiga implantar uma nova política, desde que seja uma política eficiente, claro. Sobretudo uma política voltada para o soerguimento do clube. Há quanto tempo ABC e América não passam de apenas e tão somente time de futebol? E quem era o alvirrubro da Rodrigues Alves, hoje reduzido apenas a balles de carnaval sem a menor expressão? Mudou-se para General Everardo e lá se perdeu na burocracia. Do alvinegro nem se fala. Se perdeu nos confins da Barreira do Inferno e só ainda não embarcou num dos foguetes ali lançados porque alguns procuram tentar salvá-lo do marasmo em que o clube caiu. Não tem jeito? Tem. O brasileiro tem jeito pra tudo. Mas não vai ser um "jeito de corpo" quem vai tirar os clubes da miséria. Vai ter que ser com muita cautela, muita consciência, muita abnegação e pensamento perfeito. Daqui pra frente não se deve nem se pode colocar dívida sobre dívida. E todos sabem que isso não será mais possível. Todos são sabedores que o "inferno da dívida" empacotou muitas cabeças e as fez rolar nas calçadas de Ponta Negra a Redinha em gargalhadas mais daqueles que estão mais preocupados em enterrar os outros que tentam dar uma mão, por menor que ela seja.

O SERIDÓ RENOVA AS FORÇAS PARA CONTINUAR CRESCENDO



Ao longo dos séculos, a História do Seridó é feita da soma de esforços comuns. Etapas vencidas em sequências de trabalho ativo, passados que motivam futuros. Neste momento, o Seridó começa uma nova etapa, com os seus novos Prefeitos. São novos desafios, novos problemas, novas tarefas. Em sua edição de julho, RN/ECONOMICO vai contar quais são esses desafios, esses problemas, essas tarefas e quem são os seridoenses encarregados de resolvê-los.

PRESTIGIE COM O ANÚNCIO DA SUA EMPRESA.

REVISTA MENSAL
RN/ECONOMICO

Rua São Tomé, 421 — Tel.: 222-4722

Feito como uma jóia



A sobriedade nos mínimos detalhes. Um cuidado quase que artesanal, é como a GM fabricou a linha Chevrolet 83. Todos os carros trazem novidades para satisfazê-lo ainda mais. Os bancos de espuma moldada, anatômicos e confortáveis com desenhos modernos, as rodas esportivas, são detalhes que tornam o veículo de alto estilo e classe indiscutível. Esses carros foram feitos com o carinho de quem faz uma jóia.

J. Vilani Veículos e Peças Ltda., através da concessionária de Mossoró, preparou ótimos planos, prazos e preços pra lhe vender um desses carros. Você usa o financiamento próprio da empresa com todas as facilidades e sem protocolo. A chegada de Vilani a Mossoró, há tão pouco tempo,

revolucionou o mercado de veículos na região. Muitos mossoroenses adquiriram um utilitário ou um carro da marca Chevrolet. É porque Chevrolet é GM e Vilani dá aquele "jeitinho" pra lhe botar num carro novo.

J **VILANI** 
Veículos e Peças Ltda.
Concessionário 
Mossoró-RN

AV. PRES. DUTRA TELS: 321-3680/3681/3650/4553/2388